UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM HISTÓRIA

LARISSA STÉFANY DA SILVA SANTOS

POLÍTICA, NAÇÃO E IMPERIALISMO NOS SÉCULOS XIX E XX: DIÁLOGOS COM JOHANNA COHN ARENDT

Marechal Cândido Rondon
2024

LARISSA STÉFANY DA SILVA SANTOS

POLÍTICA, NAÇÃO E IMPERIALISMO NO SÉCULO XIX E XX: DIÁLOGOS COM JOHANNA COHN ARENDT

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon, para obtenção do título de Mestre em História na área de Estado e Poder, sob orientação do Prof. Marcio Both.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcio Both (orientador)
UNIOESTE

Profa. Dra. Ângela Meirelles de Oliveira
(UNIOESTE)

Prof. Dr. Fábio Pontarolo
(UFFS)

Marechal Cândido Rondon
2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Santos, Larissa Stéfany da Silva
POLÍTICA, NAÇÃO E IMPERIALISMO NOS SÉCULOS XIX E XX: DIÁLOGOS COM JOHANNA COHN ARENDT / Larissa Stéfany da Silva Santos; orientador Marcio Both . -- Marechal Cândido Rondon, 2025.
79 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Política. 2. Hannah Arendt. 3. Nação. 4. Imperialismo. I. Both , Marcio, orient. II. Título.

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Marechal Cândido Rondon-PR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **LARISSA STÉFANY DA SILVA SANTOS,** ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

gov.br Documento assinado digitalmente
FABIO PONTAROLO
Data: 07/02/2025 11:49:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Fabio Pontarolo
Universidade Federal da Fronteira Sul - campus de Laranjeiras do Sul (UFFS)

Larissa Stéfany da Silva Santos
Aluno(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História
Marcos Nestor Stein
Portaria n° 1633/2023-GRE

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Marechal Cândido Rondon-PR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **LARISSA STÉFANY DA SILVA SANTOS**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 19 dia(s) do mês de dezembro de 2024 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Larissa Stéfany da Silva Santos**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Fabio Pontarolo, Ângela Meirelles de Oliveira, Marcio Antônio Both da Silva. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Marcio Antônio Both da Silva. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Pólítica, nação e imperialismo nos séculos XIX e XX: Diálogos com Johanna Cohn Arendt.". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Fabio Pontarolo, Ângela Meirelles de Oliveira. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 7° e § 8° do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de Dissertação foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Dissertação e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

Orientador(a) - Marcio Antônio Both da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANGELA MEIRELLES DE OLIVEIRA
Data: 09/02/2025 17:56:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Ângela Meirelles de Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

DECLARAÇÃO DE AUTORIA TEXTUAL E DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, LARISSA STÉFANY DA SILVA SANTOS, mestranda do Programa de pós-Graduação em História da Unioeste, *Campus* de Marechal Cândido Rondon, declaro que esta pesquisa de mestrado é de minha autoria e não contém plágio, estando claramente indicadas e referenciadas todas as citações diretas e indiretas nela contidas. Estou ciente de que o envio de texto elaborado por outrem, também o uso de paráfrase e a reprodução conceitual sem as devidas referências constituem prática ilegal de apropriação intelectual, estando contrário a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título II, Capítulo I, Art. 5º e inciso XXVII, ao estabelecer que pertence aos autores "[...] o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixa", contrário ao Código Civil descrito pela lei Nº10.406 de 2002, especificamente no que condiz ao direito a propriedade e contrário a Lei Nº 9610 de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Como tal, estão sujeitos às penalidades previstas na Universidade, no Código Penal através do Decreto-Lei Nº 2848 de 1940, Art. 184, sobre violação de direito autoral, podendo sofrer pena de até 4 anos de reclusão, e às demais sanções da legislação em vigor.

MCR, 10 de fevereiro de 2025.

Larissa Stéfany Da Silva Santos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado forças em meio a tantas dificuldades no caminho trilhado até então.

Ao meu grande amigo Gilmar que me incentivou e auxiliou durante o curso. A memória, às vezes, guarda o que merece ser salvo.

Ao meu grande amigo amado Olavo de Salles, que desde o primeiro dia de aula esteve ao meu lado me auxiliando e me mostrando o caminho e a paixão pela filosofia, tive grande proveito de seu imenso conhecimento e paciência para me ensinar.

À pessoa que me acolheu e auxiliou em todo meu caminho, Maiko Bucker. O amo.

A meu pai Albertino, minha mãe Erci e irmãos que torceram por mim.

Ao professor Marcio Both que me apresentou a sabedoria que traz a pesquisa. As aulas eram mágicas, aconteciam.

Ao meu querido e amado professor Libanio. Aprendi que a linguagem é a morada do ser.

RESUMO

Para compreender o processo de criação do Estado de Israel buscamos a origem dos conceitos e o processo histórico envolvido. Quando o movimento sionista surgiu, afirmando o desejo de uma nação sua, foi importante buscar a origem desse termo. Arendt discute como esse conceito se transformou na Europa (de um grupo com idioma, genealogia e costumes comuns para um conceito moderno baseado em território, língua, história e cultura). Essa mudança influenciou o antissemitismo e a criação de um Estado-nação homogêneo. Nos séculos anteriores ao XIX, o povo judeu mantinha isolamento cultural, não se incorporando à cultura no local em que viviam, era uma cultura dentro de outra. Quanto maior a consolidação de uma cultura homogênea, maior o isolamento do povo judeu. No aspecto econômico, os judeus, não faziam parte da nobreza, mas tinham posição social destacada, pois eles financiavam os reis e a nobreza onde viviam. O surgimento do Imperialismo modificou isso. O modelo de gestão do Estado surgiu a partir do Sec XIX e buscava, mais que o controle do território, novos mercados e oportunidades. No início do imperialismo, que coincide com o surgimento da industrialização, o financiamento dos judeus foi importante, entretanto, com a expansão dos negócios, esta dependência deixou de existir. Para manter o destaque do império e seus cidadãos, o imperialismo impulsionou pensamentos racistas e desumanizou as populações colonizadas. Junto com a perda de prestígio junto as elites, o isolamento étnico-cultural dos judeus os colocou mais expostos ao movimento racista antissemita. Segundo Arendt, o sionismo surgiu nesse contexto e, junto à elite financeira judaica, implementou o projeto de criação da nação judaica. Somando o conceito de Terra Prometida e a necessidade de um território, o sionismo, com apoio das principais nações imperialistas (Grã-Bretanha, EUA e França), estimulou a emigração de judeus na Palestina, onde já havia outros povos. Arendt, opositora do antissemitismo, foi deportada da Alemanha e depois fugiu da França para os EUA quando da ocupação nazista, e posicionou-se contrária a algumas ideias dos sionistas e, principalmente, da forma de agir. Com a influência do sionismo e das principais nações do pós-guerra, o Estado de Israel foi criado pela ONU, apesar da oposição dos povos árabes da região. Assim, surgiram novos conflitos (terrorismos e guerras) e uma clara política colonialista por parte do Estado de Israel. Para Arendt, não haveria uma nação judaica livre se ela não considerasse e respeitasse a população árabe da região. Para ela, a ideia de dois povos vivendo em harmonia seria uma necessidade. Ao compreender as raízes históricas e as dinâmicas políticas do conflito vemos que as ideias de Hanah Arendt continuam atuais.

Palavras-chave: Política. Hannah Arendt. Nação. Imperialismo. Estado de Israel.

ABSTRACT

The process of creation of the State of Israel, we seek the origin of the concepts and the historical process involved. When the Zionist movement emerged stating the desire for a nation of its own, it was important to look for the origin of this term. Arendt discusses how this concept transformed in Europe (from a group with a common language, genealogy, and customs to a modern concept based on territory, language, history, and culture). This change influenced anti-Semitism and the creation of a homogeneous nation-state. In the centuries before the 19th, the Jewish people maintained cultural isolation, not incorporating themselves into the culture of the place they lived, it was a culture within another. The greater the consolidation of a homogeneous culture, the greater the isolation of the Jewish people. The Jews were not part of the nobility, but had a prominent social position as they financed the kings and nobility where they lived. The emergence of Imperialism changed this. The State management model emerged from the 19th century and sought, more than controlling the territory, new markets and opportunities. At the beginning of imperialism (coinciding with the emergence of industrialization) Jewish financing was important, but with the expansion of business, this dependence ceased to exist. To maintain the prominence of the empire and its citizens, imperialism pushed racist thoughts and dehumanized colonized populations. Along with the loss of prestige among the elites, the ethno-cultural isolation of Jews made them more exposed to the racist anti-Semitic movement. According to Arendt, Zionism emerged in this context and, together with the Jewish financial elite, implemented the project of creating the Jewish nation. Adding the concept of the Promised Land and the need for a territory, Zionism, with the support of the main imperialist nations (Great Britain, USA and France), encouraged the emigration of Jews to Palestine where there were already other peoples. Arendt was an opponent of anti-Semitism, was deported from Germany and later fled France to the USA during the Nazi occupation and took a stand against some of the Zionists' ideas and, mainly, their way of acting. With the influence of Zionism and the main post-war nations, the State of Israel is created by the UN, despite the opposition of the Arab peoples of the region. Thus, new conflicts (terrorism and wars) and a clear colonialist policy on the part of the State of Israel emerged. For Arendt, there would not be a free Jewish nation if it did not consider and respect the region's Arab population. For her, the idea of two peoples living in harmony would be a necessity. By understanding the historical roots and political dynamics of the conflict, we see that Hannah Arendt's ideas remain relevant today.

Keywords: Politics. Hannah Arendt. Nation. Imperialism. State of Israel

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
8

CAPÍTULO I **13**

O CONCEITO DE NAÇÃO E ANTISSEMITISMO SEGUNDO HANNAH ARENDT **13**

CAPÍTULO II **26**

A INFLUÊNCIA DO COLONIALISMO E IMPERIALISMO NOS SÉCULOS XIX E XX: A PERSPECTIVA HANNAH ARENDT **26**

2.1 O COLONIALISMO E O IMPERIALISMO 26

2.2 O IMPERIALISMO E O MUNDO DOS NEGÓCIOS 30

2.3 O IMPERIALISMO, TOTALITARISMO, COLONIALISMO E A BURGUESIA 32

2.4 IMPERIALISMO E SIONISMO 38

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 42

CAPÍTULO III **44**

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL: O DITO E O NÃO FALADO **44**

3.1 A ORIGEM A PARTIR DA VISÃO SIONISTA 44

3.2 A RELAÇÃO DE ARENDT COM OS SIONISTAS 54

3.3 A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL A PARTIR DA PALESTINA 57

3.4 OS REFLEXOS DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL NO SÉCULO XXI E AS IDEIAS DE ARENDT 63

V CONCLUSÕES **70**

REFERÊNCIAS **72**

I INTRODUÇÃO

A constituição do Estado de Israel e a forma como este Estado e outras potências globais tem se relacionado com a população palestina da região merece muita reflexão. Trata-se de uma situação que, para se alcançar um mínimo de compreensão, deve-se buscar os conceitos e as razões históricas, étnicas e até religiosas envolvidas.

Para esta reflexão serão apresentadas ideias de alguns dos principais pensadores no assunto, assim como documentos históricos, livros e material de divulgação e comunicação. Esses materiais foram analisados comparativamente de forma a explorar a história dos conceitos envolvidos na aspiração e na criação do Estado de Israel e a posição do povo Palestino. Considerando tratar-se de conceitos muito antigos, a análise deles é feita ao longo de uma escala temporal que, em alguns casos, começa no Século XVII.

A constituição do Estado de Israel e as relações desse Estado com as potências globais, especialmente no que diz respeito à população palestina, é um tema que exige uma reflexão cuidadosa. Para entender essa questão de maneira mínima, é preciso investigar os conceitos, as razões históricas, étnicas e religiosas que a envolvem. Para isso, apresentamos as ideias de alguns dos principais pensadores que discutem o tema, além de explorar documentos históricos, registros de imprensa e materiais diplomáticos.

Minha pesquisa começou a partir do interesse nas notícias da imprensa local sobre a situação Israel-Palestina, a cobertura da mídia de Marechal Cândido Rondon , embora tenha retratado consequentemente a tragédia humana , falhou na exploração do contexto histórico e político mais amplo. A ausência de uma análise crítica sobre o imperialismo , o sionismo e a ocupação de territórios, não permitia que os leitores tivessem uma compreensão mais profunda das causas do conflito, o que me motivou a buscar uma compreensão mais detalhada sobre o processo de criação do Estado de Israel e o conflito que ele decorre. Com base nas ideias de Hannah Arendt , acredito que é essencial que a mídia, especialmente em contextos locais, busque ir além da superfície dos episódios de violência e examine as dinâmicas históricas e políticas subjacentes que geram essas tragédias. A análise crítica é fundamental para não reproduzir narrativas que não levem em conta as causas reais do sofrimento dos povos. O que a cobertura local não fez foi refletir sobre a solução binacional que Arendt defende e que ainda pode ser uma alternativa. Além do mais a imprensa local, daqui se coloca claraente a favor dos ideiais, sionistas. A partir dessas fontes, decidimos abordar o tema à luz

da filosofia de Hannah Arendt, com o objetivo de refletir sobre as implicações políticas e sociais desse evento. Ao adotar essa abordagem, busco estabelecer um diálogo entre os eventos históricos e as ideias de Arendt, a fim de entender melhor as dinâmicas complexas envolvidas.

O tema foi especialmente visitado sob o olhar de Hannah Arendt (1906-1975), filósofa e teórica política alemã, de origem judia. Sua biografia é reconhecida por suas obras sobre totalitarismo, autoridade e modernidade. Arendt, que estudou filosofia sob a orientação de filósofos renomados como Martin Heidegger, Karl Jaspers e Edmund Husserl, teve de ser exilada em 1933, quando da ascensão do governo nazista na Alemanha, por desenvolver pesquisas para uma organização sionista. Após ser libertada, fugiu para Paris. Em 1941, com a invasão nazista da França, Arendt emigrou para os Estados Unidos. Dentre suas principais obras são apontadas "A Condição Humana" (1958), obra que examina as atividades da vida humana como o trabalho e sua importância para a vida política; "Sobre a Revolução" (1963), uma comparação da Revolução Francesa e da Revolução Americana; e "Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal" (1963), a partir de sua cobertura do julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, na obra introduz a controversa ideia da "banalidade do mal".

Para o presente trabalho, a principal obra de Arendt é "Origens do Totalitarismo" (ARENDT, 1998) na qual analisa as condições históricas e sociais que levaram ao surgimento dos regimes totalitários do século XX, especificamente o nazismo e o stalinismo. A obra está dividida em três partes principais: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo. Vale destacar que utilizamos a edição de 1998 da obra, mas ela foi publicada em 1951, o que demonstra como o olhar da autora e suas ideias eram inovadoras e desafiavam as convenções da época. Na primeira parte, Arendt trata da História do Antissemitismo desde o século XVII até o início do século XX, argumentando que o antissemitismo moderno é distinto do ódio tradicional aos judeus porque está vinculado ao surgimento do nacionalismo e à estrutura socioeconômica da sociedade europeia. Aborda também nesta primeira parte sobre o proposito do totalitarismo, anrgumentando que o antissemitismo foi amplamente usado como uma ferramenta pelos movimentos totalitários para mobilizar massas descontentes e criar um inimigo comum.

Na segunda parte, Arendt trata do tema Imperialismo, iniciando com a análise da expansão europeia com a ampliação e expansão dos impérios europeus no final do século XIX e início do século XX. Nesse capítulo Arendt descreve como as práticas imperialistas criaram

um terreno fértil para o desenvolvimento de ideologias racistas e totalitárias. Ainda nessa parte Arendt discute a relação da Ideologia e Racismo, quando o imperialismo criou e estimulou ideologias racistas que desumanizaram as populações colonizadas e, eventualmente, foram aplicadas dentro da Europa.

Na terceira parte da obra, Arendt aborda o Totalitarismo com análise de suas características (descreve as características distintivas dos regimes totalitários, incluindo o uso da propaganda, a violência estatal e o terror para controlar a população); a Natureza do Regime (explorando como os regimes totalitários mobilizam as massas, eliminam a distinção entre público e privado e destroem a capacidade das pessoas de agirem de forma autônoma); e o conceito de Banalidade do Mal. Neste último tópico Arendt introduz a ideia de que o mal nos regimes totalitários é, muitas vezes, banalizado, executado, frequentemente, por indivíduos comuns que cumprem ordens sem refletir sobre as consequências de suas ações.

Dessa forma, esta fenomenal obra de Hannah Arendt oferece uma análise profunda das condições e mecanismos que levaram ao surgimento dos regimes totalitários, destacando a interconexão entre antissemitismo, imperialismo e o desenvolvimento do totalitarismo. Assim, a obra de Arendt é um alerta de uma testemunha de observação aguçada contra as tendências totalitárias e uma defesa do pluralismo e da liberdade política como antídotos contra a tirania.

Este livro de Arendt foi adotado como pano de fundo deste estudo e sobre ela foram associadas as ideias de outros pensadores como, por exemplo, Koselleck, além de registros históricos de imprensa e documentos diplomáticos. Por isso, a estrutura deste trabalho segue, basicamente, a estrutura da obra de Arendt.

No capítulo 1 descrevemos o conceito histórico de nação e o surgimento do antissemitismo. Para compreender o conceito de nação em Hannah Arendt, recorremos também a Koselleck (2006) que busca entender como a história social, política, cultural e econômica se relacionam com os conceitos. Para Koselleck (2006), os conceitos devem refletir a totalidade da experiência vivenciada em diferentes momentos históricos, alterando-se conforme transformações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Para Arendt, o conceito de nação é um grupo de indivíduos que compartilham idioma, genealogia e costumes, e destaca que pode haver várias nações dentro de um Estado. Ela exemplifica com os judeus na Alemanha os quais, apesar de terem recebido cidadania e direitos iguais aos alemães, posteriormente, foram excluídos e perseguidos sob o regime nazista. Gresh (2015, p. 19) enriquece esta análise reforçando que o conceito moderno de

nação emergiu, baseado em comunidade de território, língua, história e cultura. Nesta análise surge a reflexão: será que existe uma comunidade judaica coerente que atravessou a história em diferentes épocas e lugares? O povo hebreu, os judeus e os israelenses constituem uma única nação ou um único povo?

A base do nacionalismo nos séculos XIX e XX, promoveu a homogeneização cultural e étnica dentro dos Estados-nações, na ânsia de "um povo, uma nação". No entanto, o povo judeu, historicamente disperso e exilado, esforçava-se pela preservação da identidade grupal distinta frente à assimilação nos Estados onde viviam. Por isso, Arendt reforça como os judeus, ao longo da história europeia, sempre buscaram manter-se numa posição distinta em relação à cultura das nações onde viviam e, para isso, sempre laçaram mão de suas posições e contribuições econômicas. Arendt descreve quatro estágios na evolução da posição social dos judeus na Europa: inicialmente como indivíduos influentes nas cortes, depois como financiadores do Estado, seguidos pela perda de sua posição para os interesses imperialistas e, por fim, sua desintegração como grupo durante e após a I Guerra Mundial.

Para Arendt, a mudança nos conceitos de nação na Europa influenciou a ascensão do antissemitismo, transformando-o em um movimento racial que culminou no Holocausto. Portanto, neste capítulo destacamos não apenas a transformação dos conceitos de nação e nacionalismo, mas também como essas mudanças ocorreram de forma concomitante às mudanças sociais, políticas e econômicas que aconteciam na época e, assim, tiveram impactos profundos na história e na vida dos judeus na Europa e, posteriormente, na constituição do Estado de Israel.

No capítulo 2 abordamos, sob a ótica de Arendt, o nacionalismo, o imperialismo, o totalitarismo, o colonialismo e a burguesia e suas relações históricas com o sionismo. Nesse capítulo foram analisadas comparativamente as semelhanças e distinções do colonialismo e o imperialismo e seus impactos na política e na economia das nações com base em autores como Hobson e Hobsbawm. Esses autores apontaram que o imperialismo aprofundou desigualdades sociais, manipulação política e econômica, além de alimentar ideologias de superioridade cultural e racial, exacerbando tensões que culminaram em conflitos como as duas guerras mundiais.

Nesse mesmo capítulo é abordado o impacto do Imperialismo e das mudanças na base econômica das principais nações na posição do povo judeu nessa comunidade e as tensões antissemitas geradas e, disso, o nascimento das aspirações sionistas. Nesse contexto

histórico, esses fenômenos moldaram profundamente a política e a sociedade europeia e global ao longo do século XX.

No capítulo 3 está abordado e contextualizado o surgimento do Estado de Israel, relacionando esta criação diretamente com o imperialismo e suas consequências sobre os palestinos. Para a compreensão desse contexto analisam-se o Acordo Sykes-Picot e a Declaração Balfour, o Mandato Britânico e Imigração Judaica, que forjaram e moldaram a população do Estado de Israel na segunda metade do século XX. Nessa análise, descreve-se como o mandato britânico na região da Palestina facilitou a imigração judaica, aumentando significativamente a população judaica na região, enquanto os interesses e direitos dos árabes palestinos foram negligenciados, com consequências nefastas aos palestinos. Arendt, como testemunha e observadora desses fatos, compreendeu como poucos no seu tempo, o que ocorria o que fez formular críticas aos conceitos e práticas implementadas. De fato, Arendt foi uma das raras pessoas da comunidade judia a considerar na sua avaliação os povos vizinhos aos judeus na Palestina. Este capítulo buscará observar os fatos históricos e os textos de Arendt sobre a questão.

Por fim, proponho uma análise sobre como a criação do Estado de Israel, em 1948, continua a gerar impactos significativos no cenário geopolítico atual. Considerando que esse evento resultou no deslocamento de milhões de palestinos, inaugurando uma crise humanitária que permanece sem solução definitiva. Além disso, percebo que as políticas de expansão territorial e a ocupação de áreas palestinas têm intensificado o conflito, contribuindo para o surgimento de movimentos de resistência.

Hannah Arendt, com suas reflexões, apresenta uma perspectiva essencial para compreender esse impasse. Para ela, o desafio central está na construção de uma solução pautada na pluralidade, no respeito mútuo e na convivência entre os povos, princípios que oferecem alternativas concretas para compensar o futuro da região.Este estudo visa, portanto, lançar luz sobre o conhecimento histórico e atual, além de retomar, a partir da perspectiva de Hannah Arendt, as discussões sobre a constituição do Estado de Israel e a história do povo judeu que, segundo a autora, “a história política do povo judeu tornou-se mais dependente de fatores imprevistos e acidentais do que a história de outras nações, de sorte que os judeus assumiam diversos papéis na sua atuação histórica, tropeçando em todos e não aceitando responsabilidade precípua por nenhum deles” (ARENDT, 1998, p. 28).

CAPÍTULO I

O CONCEITO DE NAÇÃO E ANTISSEMITISMO SEGUNDO HANNAH ARENDT

Para compreensão do conceito de nação em Arendt recorreremos à concepção teórica do historiador alemão Reinhart Koselleck, em sua obra Futuro Passado, quando ele remete a História dos Conceitos, na qual busca a compreensão de como a história social, política, cultural e econômica se vinculam aos conceitos. Koselleck (2006, p. 108) afirma

> [...] a história dos conceitos é delimitada de modo mais rigoroso. A especialização metodológica da história dos conceitos, os quais se expressam por palavras, requer um fundamento que possa diferenciar as expressões "conceito" e "palavra". Ainda que o triângulo lingüístico constituído por "significante" (designação), "significado" (conceito) e "coisa" seja usado em suas mais diferentes variantes, no campo das ciências históricas existe, do ponto de vista pragmático, uma diferença sutil: a terminologia social e política da língua que se examina conhece uma série de expressões que, por causa da exegese da crítica de fontes, podem ser caracterizadas como conceitos. Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político.

Dessa forma, sendo o conceito constituído por significado, significante e a coisa faz com que ele, o conceito, lide com a totalidade da experiência vivenciada em momentos históricos distintos, até mesmo porque o conceito se altera de acordo com a transformação social, política, económica e cultural de cada momento histórico. No entanto, o conceito é um fato histórico. Segundo Koselleck (2020, p. 105) a partir da perspectiva diacrônica,

> [...] se pode avaliar a duração e o impacto de um conceito social ou político, assim como das suas respectivas estruturas. As palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas designado.

Apesar do conceito ser abstrato, ele é moldado e influenciado pela história e pela sociedade onde está integrado de forma concreta. Neste capítulo discutiremos os conceitos de nação e imperialismo e como esses conceitos se aplicam para pensarmos de modo específico a constituição do Estado de Israel, levando em consideração o momento histórico em que Arendt viveu e escreveu.

Dentre as variadas formas de se conceber a noção de nação no mundo contemporâneo, uma autora que se destacou foi Hannah Arendt (1906-1975). Filósofa e

política alemã de origem judaica, foi uma das mais influentes pensadoras no assunto do século XX. Utilizando as obras de Arendt como fonte da pesquisa, dialogaremos principalmente com a obra "Origens do Totalitarismo" (ARENDT, 1998). Tal qual a autora nos direciona, em um primeiro momento, discute-se a fundamentação conceitual de nação, em um segundo momento, a fundamentação conceitual de imperialismo e em um terceiro momento trataremos a respeito da constituição do Estado de Israel.

Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, pautada na observação sistemática dos passos estabelecidos como objetivos da investigação, cruzando técnicas de análise conceitual da época em que Arendt viveu e escreveu e suas implicações nas definições conceituais que a autora desenvolveu, bem como as implicações disso no processo de aplicação desses conceitos em relação a um caso específico, isto é, a constituição do Estado de Israel.

Arendt (1998) nos indica, inicialmente, que o conceito de povo é o estabelecimento da vontade comum, e não a vontade individual (vinculados/tornando-se parte do Estado) e daí deriva o conceito de nação, que é um grupo de indivíduos que comunga um mesmo idioma, genealogia e costumes. No entanto, pode-se ter uma ou várias nações dentro de um Estado. Em seu livro Origens Do Totalitarismo, a autora nos mostra isso ao relatar que os judeus, enquanto nação, para serem considerados cidadãos e parte do Estado (povo), receberam do governo a cidadania do país em que estavam (no contexto específico do século XX em que a autora nos conduz, esse país foi a Alemanha) e, dessa forma, receberam igualdades de direito. No entanto, em um segundo momento, a autora demonstra uma contradição profunda na aplicação desse conceito de nação, pois passou a ser também parte do pré-requisito a homogeneidade de população, o que caracterizou a ascensão da estrutura política de 1933 da Alemanha nazista que planejou e executou o assassinato em massa dos judeus, tendo como principal característica a não aceitação de uma nação dentro de outra nação (ARENDT, 1998).

Para nos aclarar mais sobre o conceito de nação, recorreremos também a obra de Alain Gresh intitulada "Israel, Palestina: Verdades sobre um Conflito" (GRESH, 2015). Alain Gresh é ex-editor do Le Monde Diplomatique e ativista com artigos, principalmente, sobre o mundo islâmico e o mundo árabe. Na referida obra Gresh (2015, p. 19) nos esclarece que "Durante a Idade Média, o termo 'nação' era entendido a partir da sua etimologia, nasci (nascer): uma nação é um conjunto de indivíduos nascidos num mesmo lugar e aos quais se atribui uma origem comum". Assim, se levássemos a pé da letra o antigo conceito de nação,

poderíamos concluir que o povo judeu não é uma nação, até mesmo porque, acresce Gresh (2015, p. 20),

> No decurso dos dois últimos milênios, os judeus não estiveram ligados nem pelo território, nem pela língua — a maioria adaptou a língua local, tendo o hebreu ficado limitado às cerimônias religiosas —, nem pela História — as trajetórias dos judeus em Marrocos ou em França não têm qualquer paralelismo —, nem pelos costumes — os judeus aderiram aos costumes locais (no Irã, ainda hoje, se descalçam quando entram nas sinagogas).

Além da origem comum o conceito de nação também era designado a modo de vida, saberes, religião e outras expressões de um povo, nos dias de hoje, usamos o conceito cultura em vez do antigo conceito de nação. Gresh (2015, p. 19) aponta que "A Revolução Francesa marca o nascimento da nação moderna, baseada num conjunto de dados permanentes e estáveis ao longo dos séculos: comunidade de território, de língua, de história, de cultura". Nação passou a ser conceituada não mais a partir do nascimento de indivíduos de um mesmo lugar, mas sim de um "conjunto dominante", porém, de modo abstrato, de tal forma que ser nação se tornou um conjunto de memórias das histórias construídas a partir da vivencias e vontade comum. Ainda segundo Gresh (2015) "esta vontade comum exprime-se na participação política dos cidadãos num quadro único, o Estado," e com isso o "Estado que unifica o mercado nacional, erradica os particularismos assegura a lealdade dos seus cidadãos. Para consolidar o apoio desses cidadãos, à partida em geral frágil, o Estado impõe também uma "história oficial" que remonta às origens". Assim, o conceito de nação, como conhecemos hoje, é uma invenção moderna. Gresh (2015, p. 20) levanta perguntas lógicas e reflexivas que são "Existe então uma comunidade judaica coerente que tenha atravessado a história? Há alguma relação entre os judeus do reino de Salomão no século X antes de Cristo, o da Palestina nos tempos do Império Romano, os dos guetos do império czarista, os de Israel de hoje?"

Dessas perguntas surge outro questionamento: O povo hebreu que passou a se chamar Israel, o povo judeu e os israelenses são uma só nação? São um só povo?

Apesar de Gresh (2015, p. 19) afirmar que "Nenhum critério 'científico' permite definir se uma comunidade de pessoas constitui ou não uma nação" é possível acompanhar os movimentos nacionalistas, que trazem ideia de que os interesses de um povo devem estar em harmonia com os interesses do Estado, a fim de que possam, assim, garantir soberania e a criação de um Estado-nação que tem por característica uma política própria e legítima, e através dessa política é possível a constituição de um Estado soberano. O nacionalismo

também traz a ideia de que cada nação deve ter sua própria soberania, livre de qualquer influência externa.

Apesar de nesse segundo momento analisarmos a história do conceito nacionalismo, é importante ressaltar que ele vem antes do conceito de nação. O conceito de nacionalismo se consolida no século XIX e XX, sendo resultado de um processo de homogeneização entre as pessoas que constituem um Estado e, por consequência, estabelece-se homogeneidade de cultura, língua e o pertencimento étnico-racial.

Nesse contexto, vale refletirmos como o povo judeu se incorporou ou não nas nações em que historicamente viveram. Não há dúvida de que prevaleceu o interesse de conservar os judeus como grupo especial, que não fossem incorporados aos grupos nacionais onde viveram, com o objetivo dos judeus sobreviverem como grupo específico. As tendências dos Estados de igualar todos os cidadãos implicavam claramente na completa assimilação dos judeus. Segundo Arendt (1998), apenas dois fatores poderiam evitar isso: intervenção do governo e cooperação voluntária. Sem esses dois fatores, os judeus mal poderiam ter conservado sua identidade grupal. Assim, Arendt (1998, p. 24) explica que

> [...] os judeus eram definidos pelo sistema político, e a sua posição era determinada por ele. Como, porém, esse sistema político carecia de base assentada em realidade social, eles se situavam, socialmente falando, no vácuo. Sua desigualdade social era bem diferente da desigualdade decorrente do sistema de classes; novamente, ela resultava da relação com o Estado, de modo que, na sociedade, o próprio fato de o indivíduo ter nascido judeu significava que ou era superprivilegiado — por receber proteção especial do governo — ou subprivilegiado, privado de certos direitos e oportunidades, negados aos judeus para impedir a sua assimilação.

As alterações no sistema de Estados-nações europeus com relação aos judeus foram significativos e seguiram, segundo Arendt (1998), quatro estágios que sintetizamos a partir da leitura do texto de Arendt:

1. Nos séculos XVII e XVIII, sob a tutela dos monarcas, os judeus emergiam individualmente para as posições às vezes atraentes e quase sempre influentes na corte. Financiavam os negócios do Estado e administravam as transações financeiras dos seus soberanos. Os judeus, em geral, e as massas continuavam a viver dentro dos padrões correspondentes à antiga ordem feudal.

2. Após a Revolução Francesa, as bases políticas foram alteradas com o surgimento dos Estados-nações no sentido moderno, cujas transações comerciais exigiam muito mais capital e crédito de que dispunham os judeus da corte. A fortuna combinada dos grupos

judeus mais ricos da Europa ocidental e central, confiada a banqueiros judeus que, por conseguinte, precisavam de coletividades judaicas organizadas como fontes da captação do dinheiro, e as apoiavam nesse sentido. Nesse período, a concessão de privilégios, antes conferidos individualmente aos judeus da corte, expandiu-se à camada rica que havia conseguido estabelecer-se no decorrer do século XVIII.

3. A íntima relação entre judeus e governos era facilitada pela indiferença geral da burguesia no tocante à política, em geral, e às finanças do Estado em particular. Esse período terminou com o surgimento do imperialismo, no fim do século XIX, quando os negócios capitalistas em expansão já não podiam ser realizados sem a intervenção e o apoio político ativo do Estado. O imperialismo, por outro lado, minou as próprias bases do Estado-nação e introduziu no conjunto de nações europeias o espírito comercial de concorrência competitiva. Os judeus perderam então sua posição exclusiva nos negócios do Estado para homens de negócios de mentalidade imperialista. Sua importância como grupo declinou, embora alguns judeus conservassem individualmente sua influência como consultores financeiros e como mediadores intereuropeus. No entanto, esses judeus, em contraste com os banqueiros estatais, não precisavam do apoio e solidariedade das comunidades judaicas. Assim, isolavam-se delas. Aliás, as comunidades judaicas já não eram financeiramente organizadas e, embora alguns judeus em altas posições ainda representassem, aos olhos do mundo não judeu, o povo judeu como um todo, havia pouca ou nenhuma realidade material nesse fato.

4. Como grupo, o povo judeu do Ocidente europeu desintegrou-se, juntamente com o Estado-nação, nas décadas que precederam a deflagração da I Guerra Mundial. O rápido declínio da Europa após a guerra já os encontrou destituídos do antigo poder, atomizados num rebanho de indivíduos mais ou menos ricos. Entretanto, na era imperialista, a riqueza dos judeus havia se tornado insignificante; para a Europa, desprovida de equilíbrio de poder entre as nações que a compunham, e carente de noções de solidariedade intereuropeia, o elemento judeu, intereuropeu e não nacional, tornou-se objeto de ódio, devido à sua riqueza inútil, e de desprezo, devido à sua falta de poder.

Os termos semitismo e sionismo têm significado distintos, embora, por vezes, tratados como sinônimos. Assim, é importante revisarmos esses conceitos para melhor aprofundar na questão de Estado-nação. Segundo Amorim (2003), o termo semita se refere aos povos falantes de línguas semíticas como o arábico e o hebraico, e que, originalmente, espalharam-se por vastas áreas do Sudoeste Asiático, Médio Oriente e Norte de África.

Portanto não somente os judeus pois, dentre estes falantes de línguas semíticas, também se incluem os assírios, babilônios, arameus, cananeus e fenícios.

Ainda segundo Amorim (2003, s/p), o termo sionismo "constitui um vasto movimento nacionalista judaico, defensor do princípio de que todos os Judeus constituem uma nação e não apenas uma religião ou comunidade étnica, residindo na concentração do maior número possível de Judeus na Palestina/Israel, a única solução para o 'anti-semitismo'". Ao longo da história o povo judeu, exilado e disperso, não possuía um território que pudesse constituir sua nação. No final do Séc XIX Théodore Herzl deu um significado político ao termo e criou a teoria sobre o sionismo. Fundador do movimento sionista no Congresso da Basileia em 1896, escreveu "O Estado Judeu" com objetivo de lançar a ideia da criação de um Estado próprio para o povo judeu (HERZL, 2015). Dessa forma, há grande diferença entre antissemitismo (ser contrário aos povos semitas, que inclui judeus e árabes) e antissionismo (ser contrário à criação de um Estado Judeu independente) (AMORIM, 2003). No entanto, grande parte do material escrito trata de antissemitismo como sendo contrário ao povo judeu. Portanto, é sempre recomendado ao leitor refletir o sentido que cada autor atribui ao termo antissemita. Arendt (1998) utiliza antissemita como movimento racial preconceituoso contra o povo judeu.

Assim, é muito importante considerarmos os relatos de Arendt (1998) a respeito do conceito de Estado-nação na Europa, pois, devido à mudança de sentidos, dá-se o crescimento do movimento antissemita que, por si, era uma expressão (e concretização) clássica de intolerância, preconceito e desumanização, levando à exterminação dos judeus enquanto nação que ali residia. Notamos aqui que a mudança de conceito não implica apenas uma concepção teórica, mas, em uma ação concreta na qual se altera a história social, política, cultural e econômica do povo Judeu de modo efetivo, porém, antes disso e para chegar a isso, foi alterada também a concepção histórica social, política, cultural e econômica do povo alemão, principalmente, no que diz respeito à concepção do conceito de nação, o que potencializou o crescimento do movimento antissemita. Segundo Kosellek (2020, p. 109) o

> [...] sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela. [...] Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No

> conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra.

Arendt (1998, p. 39) descreve esta mudança no papel social dos judeus nos Séculos XIX e XX.

> A partir de meados do século XIX, os judeus mantiveram posição de destaque porque ainda desempenhavam papel importante, intimamente ligado à participação nos destinos do Estado. Sem território e sem governo próprios, os judeus constituíam elemento intereuropeu; e o Estado-nação necessariamente conservava-lhes essa condição, porque dela dependiam os serviços financeiros prestados por judeus. Mas, mesmo após o desaparecimento da sua utilidade econômica, a condição intereuropéia dos judeus continuava sendo de suma importância para o Estado, principalmente em tempo de conflitos e guerras entre as nações.

Arendt (1998) nos demonstrou isso quando aponta a mudança do conceito de nação e a apropriação do novo conceito feito pelo povo alemão. Nesse processo, para que esse novo conceito de nação fosse propagado, foram empregues diversas artimanhas publicitárias e, uma delas, eram os slogans usados a fim de inspirar a grande massa, sem deixar de considerar os discursos feitos pelo partido Nazista naquele espaço. Vemos aqui a linguagem como práxis não só exercendo comunicação, mas também domínio prático que carrega consigo uma singularidade existente naquele contexto específico, ou seja, particular, tal qual as condições sociais de produção e de reprodução dos produtores e receptores lhes eram oportunas (DIZEU; CAPORALI, 2005). Na ocasião, estavam reunidas as condições para que o novo conceito de nação fosse capaz de obter a importância que a ele se concedia, ou seja, esse novo conceito de nação permitiu que fosse findada a relação entre os judeus enquanto nação e Estado (ARENDT, 1998, p. 29). Por sua vez, esse novo conceito não surgia do nada, mas era expressão das mudanças sociais, econômicas e políticas que aconteciam na época e, dentre elas, estava o surgimento, expansão e consolidação do imperialismo. Koselleck (2020) deixa claro que estas mudanças (sociais, econômicas e políticas) dão-se em conjunto de forma que, de fato, complementam-se e se influenciam.

No site Enciclopédia do Holocausto podemos ver algumas imagens desses slogans utilizadas, principalmente, na Alemanha nazista. Tais slogans eram utilizados até mesmo em livros infantis como, por exemplo, o livro Der Giftpilz (“O Cogumelo Venenoso”) um semanário publicado na Alemanha nazista pelo *Der Stuermer-Verla* (semanário nazista

publicado de 1923 até o fim da II Guerra Mundial), cuja capa deixa evidente a proposta antissemita (Figura 1).

FIGURA 1: Capa do livro infantil Der Giftpilz (O Cogumelo Venenoso) de Der Stuermer-Verla, em 1936.
Fonte: site Enciclopédia do Holocausto 2024.

Todos os detalhes desse livro apresentados a seguir foram obtidos no artigo de Costa e Souza (2021), que traz uma detalhada análise crítica do livro "O Cogumelo Venenoso". Este livro discute a solução nazista para a "Questão Judaica", apresentando elementos "racionais" a respeito do que deveria ser feito com os judeus, colocando-os como um problema a ser resolvido. Focando no público infantil, o livro busca trazer para as crianças uma moral nazista e através das histórias contadas, uma inserção de uma nova identidade cultural. Através dos dezessete capítulos, nos quais são narradas, em pequenas histórias, a ideologia nazista, a partir de uma visão antissemita, tem o intuito construir e instrumentalizar crianças com base na ideologia apresentada.

Para Arendt, a propaganda sempre representou uma arma poderosa nas mãos de governos totalitários. Para ela "somente a ralé e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo; as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda" (ARENDT, 1998, p. 303). Ainda segundo a autora, num governo constitucional e com liberdade de opinião os movimentos totalitários têm poder restrito. No entanto, "em países totalitários a propaganda e o terror parecem ser duas faces da mesma moeda" (ARENDT, 1998, p. 303). Explica também que, num governo totalitário a propaganda é substituída por doutrinação e a violência deixa de ter a finalidade de assustar, mas de dar realidade a suas doutrinas ideológicas.

Com relação às relações sociais, Arendt e Koselleck se mostram bastante parecidos no sentido que mudança no conteúdo do conceito e a mudança no modo como se constituem as relações sociais caminham conjuntamente. Segundo Koselleck (2020, p. 109),

> O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.

Arendt (1998, p. 52) evidencia que, de fato, foram os aristocratas da época, ou seja, a classe social e política, cujos membros tinham poder e privilégios garantidos (isto é: a nobreza/burguesia), que iniciaram o discurso político antissemita, propondo um novo conceito de nação. No entanto, nem os laços econômicos, nem a intimidade social foram suficientes para conter o discurso de que deveria haver um Estado igualitário, não permitindo a existência de uma nação dentro de outra nação.

Arendt (1998, p. 53), a respeito da origem do antisemitismo, argumenta,

> Os primórdios do movimento anti-semita moderno datam, em toda parte, do último terço do século XIX. Na Alemanha começou, de modo inesperado, novamente entre a nobreza, cuja oposição ao Estado foi de novo provocada pela transformação da monarquia prussiana num Estado-nação completado depois de 1871.

Desde os primórdios o movimento antissemita, a nobreza alemã se articulou, pois se preocupava com a ideia de o Estado valorizar os serviços especiais por parte dos judeus.

A aristocracia alemã, a qual, no fim do período feudal, perdeu prestígio e poder, temia que fossem mantidas estreitas relações do Estado com os judeus sob acusações de aceitar suborno. Assim, esta aristocracia propõe que se forme um só povo, uma só nação. Dessa forma, pregavam que, para haver uma só raça, era necessário o extermínio dos judeus e

demais grupos os quais, na época, viviam na Alemanha. Dessa forma, tentou fechar as universidades aos judeus, excluiu-os dos principais cargos deixando-os de fora, inclusive, do funcionalismo civil, com aberta discriminação (ARENDT, 1998, p. 35).

Ao ganhar força o novo conceito de nação proposto pela burguesia aristocrata, a partir dos discursos, ideias e propagandas, começaram a surgir os primeiros partidos antissemita, conforme relata Hannah Arendt. Assim, esses partidos acreditavam que se diferenciavam dos demais pela pretensão de estarem “acima de todos os partidos”. As mudanças significativas nas relações da teia social levaram a grandes reformulações no conceito e organização da nação, dentre elas o imperialismo marcante da época.

Diferentemente dos partidos convencionais, que disputavam o poder dentro do parlamento e seguiam as regras institucionais, os partidos antissemitas se apresentavam como movimentos políticos radicais. A ideia de ser "acima de todos os partidos" fez com que rejeitasse o equilíbrio, esses partidos manipularam o descontentamento popular para promover o antissemitismo e explicar a exclusão dos judeus da vida política, econômica e social. Essa postura os levou a rejeitar a dinâmica parlamentar e a buscar o controle total do Estado, O ponto crucial aqui é que esses partidos não desejavam apenas influenciar o governo, mas se apropria completamente da máquina estatal. Assim, mais do que simples organizações políticas, esses partidos se tornaram instrumentos de dominação.

Os partidos existentes na Alemanha eram compostos por deputados que representavam e lutavam pelo interesse de seus eleitores. Embora houvesse disputa de poder entre eles, cabia ao governo estabelecer um certo equilíbrio entre os interesses dos representantes e os interesses de Estado. Como, os partidos antissemitas tinham a pretensão de estarem “acima de todas as ideias”, pleiteando o desejo de representação de toda a nação, buscaram exercer um poder exclusivo e se apossando da máquina estatal. Tais partidos propuseram em seus projetos a exclusão dos judeus no campo político, econômico e social.

Segundo descreve Arendt (1998), os judeus investiram os seus capitais no Estado, o Estado os favoreceu dando-lhes um papel produtivo na economia e, assim, os judeus se diferenciavam das demais classes por terem uma relação especial com o Estado. No entanto, as classes dominantes encabeçaram a idealização do “novo modo de pensar”, que refletiu num novo conceito de nação e, consequentemente, findando a ligação dos judeus com o Estado. O novo modo de pensar, como foi descrito anteriormente, estava diretamente vinculado às transformações sociais que o mundo capitalista vinha conhecendo naquela época. Para isso, inflamou as massas, convenceu-os a tornarem-se antissemitas e suscitarem manifestações de

hostilidade contra judeus. Com isso, propuseram que o partido estaria acima do Estado e, convencendo a massa de que fariam parte desse partido, estes também estariam acima do Estado (ARENDT, 1998).

Esse foi um fator político fundamental que fez com que os partidos antissemitas, bancados pela burguesia, fortalecessem o novo conceito de nação, levando-o com força e popularidade para a Europa como um todo e, sobretudo, na Alemanha, tendo como consequência o ódio exacerbado contra os judeus e o extermínio. Junto com esse grupo de classes também crescia a burguesia, que se estabeleceu como classe dominante a qual, mesmo sendo dominante, delegava ao Estado as decisões políticas, juntamente com as outras classes (ARENDT, 1998). Ficou claro para a burguesia que o Estado-nação não teria valia enquanto estrutura para tornar maior a economia capitalista e, por isso, a burguesia se voltou contra o Estado a fim de derrubá-lo, mostrando que seu patriotismo era medido tão somente pelo lucro ou por um jogo econômico. De Arendt (1998) podemos extrair a forma como a burguesia principia a luta aberta contra o Estado pelo poder que descrevo abaixo:

1- Durante o século XIX, Hannah Arendt observa que muitos judeus buscavam, através de investimento de recursos financeiros, contribuições intelectuais, culturais e políticas, serem integrados no Estado.

2- Este esforço de integração dos judeus ao estado fez com que se estabelecesse uma relação íntima, de modo que, mesmo que as duas partes fossem distintas, ambas eram vistas como uma, pois uma beneficiava a outra. Além disso, segundo a autora esses judeus foram integrados aos setores econômicos produtivos.

3- Arend aponta também que o "novo modo de pensar" das classes dominantes, que consistia em redefinir uma nova identidade nacional, marginalizava estrangeiros promovendo, assim, um conceito hegemônico de nação.

4- Nesse tempo histórico, o antissemitismo tornou-se institucionalizado através de partidos financiados pela burguesia. Com isso, aumentou o ódio contra os judeus, causando consequências devastadoras.

5- Tendo em vista que, com o crescente ódio aos judeus financiados pela burguesia, esta burguesia tornou-se a classe dominante, passando então a delegar decisão políticas ao Estado. Porém, Arendt nos aclara que a burguesia se dá conta que o Estado não lhes condiciona no que lhes interessa, qual seja, a expansão capitalista e dos lucros.

6- Sendo assim, essa mesma burguesia se volta contra o Estado, mostrando que o seu patriotismo não passava de puro interesse financeiro, até mesmo porque os discursos

“patrióticos” só lhes eram convenientes quando viam a possibilidade de o Estado lhes garantir a expansão de seus lucros.

7- A classe burguesa, insatisfeita com o Estado e os resultados de seus feitos, ela mesma busca avançar pela luta do controle político e econômico. Busca, portanto, ser ela mesma o Estado.

Embora as instituições nacional-estatal resistissem à brutalidade e às fantasias delirantes de poder, a tentativa dos burgueses tinha como objetivo utilizar o Estado como instrumento de violência para aumento de sua própria economia, a burguesia conseguiu o que almejava de modo parcial, porém, quando a burguesia alemã apostou tudo no movimento hitlerista, para exercer o governo com o auxílio da massa, já era tarde demais para essa conquista de poder. A burguesia havia destruído o Estado-nação, mas o que ela não esperava era que a plebe se mostrasse perfeitamente capaz de cuidar da política por si mesma, liquidando a burguesia, juntamente com qualquer outro tipo de classe, pois a plebe não via a classe burguesa com bons olhos e já havia abraçado a ideia pregada pela burguesia de igualdade, de um só povo, como uma única classe, a saber, a classe alemã (ARENDT, 1998, p. 154).

A burguesia, em detrimento do seu próprio capital, também não esperava que, ao convencer a massa a pressionar o Estado em nome do “patriotismo”, o Estado acabaria cedendo a vontade do povo. O Estado se vê forçado a reconhecer como cidadãos somente os nacionais, tendo como principal critério a origem e o local de nascimento, no entanto, os direitos civis e políticos foram delimitados apenas a estes cidadãos de origem e nascimento, de fato (ARENDT 1998). Com isso, o Estado que era um órgão regulador que visava mediar os interesses entre as classes, passa ser um instrumento da nação, não mais da lei (ARENDT, 1998).

Arendt (1998, p. 290) ainda complementa, a respeito do movimento hitlerista e sua acessão com o apoio da burguesia, que

> Os negociantes que ajudaram Hitler a galgar o poder acreditavam ingenuamente estarem apenas apoiando um ditador, um ditador feito por eles mesmos e que naturalmente governaria em proveito de sua própria classe e em detrimento de todas as outras.

Tendo em vista que a burguesia almejava se colocar acima de todos os partidos, e acima do Estado, a fim de se identificar com o Estado-nação, os partidos que defendiam a unificação, incluía-os como parte integrante de um sistema geral que incluía o Estado-nação.

Porém, esses partidos de unificação não se incluíram como partido acima do partido, nem de partido acima do Estado, pois visavam ganhar popularidade entre o povo. Logo depois, o partido de unificação também descartou o povo, que outrora fora usado apenas para propaganda. No entanto, a burguesia criou uma ideia de nação, pregou essa ideia para massa, bancou partidos para disseminar essas ideias a fim de que a massa elegesse o partido, porém, o partido, após a sua ascensão descartou a burguesia e a massa pois, havia se colocado acima de todos.

Dessa ascensão surgem Estados totalitários em nome de um nacionalismo ideológico e totalitário. No decorrer desse movimento totalitário, que nem ao menos se identificavam mais com as necessidades do povo, o que mais valia era o amor a sua própria ideologia a qual pregava que o movimento era o Estado, assim como o povo também era o Estado. No entanto, nem o Estado nem o povo alemão poderia ser concebido sem o movimento (ARENDT, 1998).

Hannah Arendt (1998, p. 323-324) relata uma grande preocupação,

> Desde os Tratados de Paz de 1919 e 1920, os refugiados e os apátridas têm-se apegado como uma maldição aos Estados recém-estabelecidos, criados à imagem do Estado-nação. Para esses novos Estados, essa maldição contém o germe de uma doença mortal. Pois o Estado nação não pode existir quando o princípio de igualdade perante a lei é quebrado. Sem essa igualdade legal, que originalmente se destinava a substituir as leis e ordens mais antigas da sociedade feudal, a nação se dissolve numa massa anárquica de indivíduos super e subprivilegiados. As leis que não são iguais para todos transformam-se em direitos e privilégios, o que contradiz a própria natureza do Estado-nação. Quanto mais clara é a demonstração da sua incapacidade de tratar os apátridas como "pessoas legais", e quanto mais extenso é o domínio arbitrário do decreto policial, mais difícil é para os Estados resistir à tentação de privar todos os cidadãos da condição legal e dominá-los com uma polícia onipotente.

Conclui-se que, a nova concepção de nação, fabricada pela burguesia e abraçada pelo povo tomados pelo "espírito da época", ganhou força não somente na Alemanha, como também, em toda Europa, trazendo como consequência o modelo de Estado-nação, tendo em vista que, o Estado-nação não era um regime que auxiliaria em seu principal interesse que era interessante aos seus propósitos, a expansão econômica desta burguesia.

No entanto, a burguesia influenciou a grande massa a abraçar o novo conceito de nação a partir das ideias antissemitas que eram pregadas repetidamente por ela, levando à perseguição dos judeus na Alemanha. A burguesia convenceu a grande massa que a ideia de que a causa primária de suas reivindicações era em prol do patriotismo.

A fim de fazerem a suas ideias valerem, apoiaram Hitler pensando que ele seria a representação de suas fantasias delirantes de poder. Financiaram e apoiaram partidos antissemitas a fim de se tornarem partido acima de outros partidos e até mesmo do Estado. Com isso, iniciaram o boicote aos comerciantes judeus através de cartazes que, além de acrescer o ódio exacerbado contra os judeus, os boicotava de modo que não conseguiam vender, comprar ou empregar.

A grande massa, influenciada pela burguesia, passou a pressionar o Estado (em nome de um patriotismo, que era o novo conceito de nação) a reconhecer como cidadãos somente as pessoas com origem alemã e nascidas na Alemanha. O Estado, acabou cedendo à vontade do "povo", no entanto, os judeus acabaram perdendo os seus direitos civis, políticos e econômico. Nesse ínterim, os judeus foram perseguidos, explorados e mortos. A fantasia delirante de poder da burguesia resultou em um grande genocídio no Século XX, quando foram assassinados cerca de seis milhões de judeus. Vale destacar que muitos genocídios ocorreram na história da humanidade, com outras populações como africanos, asiáticos, populações nativas e muitos destes eventos não foram reflexo exclusivo do totalitarismo políticos. No entanto, o genocídio do povo judeu realizado na II Guerra, de longe, teve muito mais visualização e impacto na humanidade.

CAPÍTULO II
A INFLUÊNCIA DO COLONIALISMO E IMPERIALISMO NOS SÉCULOS XIX E XX: A PERSPECTIVA HANNAH ARENDT

2.1 O COLONIALISMO E O IMPERIALISMO

Durante grande parte da história, o colonialismo representou importante aspecto que delineou a geopolítica global, determinando que nações as quais exerciam controle e poder sobre grande parte do nosso globo. No Século XIX uma nova forma de dominação e controle, o imperialismo, surge e assume relevância.

Conceitualmente, o imperialismo é distinto do colonialismo mais tradicional. O colonialismo se caracterizava pela dominação de uma nação sobre outra por meios territoriais, culturais e econômicos. Ademais, o colonialismo tinha como finalidade alargar suas fronteiras nacionais (expandindo o território e as oportunidades além do controle de novas áreas). No caso do imperialismo, o objetivo era de formar impérios, principalmente, no aspecto econômico e, a partir do controle financeiro e econômico, dessa forma, expandindo sua influência sobre nações e povos mesmo sem a invasão e controle administrativo e do território.

O conceito de imperialismo foi usado pela primeira vez pelo economista inglês John Atkinson Hobson, em 1902, em sua obra *Imperialismo: um estudo*. Hobson (1902) foi o precursor dos estudos desse fenômeno e não somente isso, suas obras foram muito citadas e elogiadas por Arendt (1998), especialmente no que tange à ligação da economia com o bem-estar humano, sendo para ele algo primordial. Hobson (1902) afirma que, diferente das práticas antigas, o novo imperialismo não almejava apenas o crescimento do império, mas a aplicação da teoria e da prática de alimentar disputas entre impérios, sempre perseguindo com apetite de expansão política e lucro comercial. Para Arendt (1998, p. 122), o imperialismo é uma expansão permanente e ilimitada. Diferente da conquista que, para ela reflete uma pilhagem temporária, o imperialismo é essencialmente comercial, pois procura o crescimento industrial e do comércio. De acordo com Bugiato (2007), Hobson acreditava que o imperialismo não era um negócio rentável para nenhum país a não ser para os grupos financeiros, especuladores de bolsa, investidores, entre outros. O referido autor pontua, ainda, que Hobson conceituava os imperialistas como parasitas econômicos do imperialismo. Assim,

a prática desse imperialismo, nos moldes que apresentou, seria, além de ineficaz para a economia destas sociedades, um fator que corromperia as bases da política e da democracia. Hobson nos leva a reflexão de que o imperialismo desencadeia ideias como patriotismo, militarismo, ambição por política e filantropia (compreende-se filantropia como o desejo de ajudar outra população, mesmo que fosse uma ideia carregada de preconceito como "nós somos evoluídos e vamos ajudar vocês"), que, por sua vez, movimenta os círculos financeiros, os quais, Bugiato (2007, p. 128) descreve como

> [...] reguladores do motor imperial, os que conduzem a energia e decidem o trabalho a ser realizado, porém não são o combustível do motor, nem o que gera diretamente sua potência. "As grandes finanças manipulam as forças patrióticas que geram os políticos, os soldados, os filantropos e os comerciantes".

Segundo Bugiato (2007, p. 130), Hobson conceitua imperialismo como "submissão ao poder da metrópole como forma de absorção política das terras, onde funcionários, mercadores, industriais exercem seu poder econômico sobre 'as raças inferiores' e incapazes de praticar o autogoverno". Bugiato (2007, p. 131) ainda acresce que "Hobson chega à conclusão que algo benéfico para a prática imperialista é o enriquecimento de poucos". Considerava o imperialismo um "mal negócio para a nação, mas ótimo para determinadas classes sociais e certos grupos industriais e financeiros do país", principalmente no que tange à indústria armamentista. Ainda segundo Bugiato (2007, p. 134) "a causa da adoção do imperialismo como linha política e como prática dos parasitas para tentar monopolizar o resto dos mercados". A forma desse imperialismo é recente, tendo sido forjada entre o final do século XIX e início do século XX, quando as nações desenvolvidas começaram a expandir seus territórios na África, Ásia e Oceania, de forma violenta, subjugando, explorando e dominando povos que ali viviam. Nessa expansão, o continente africano foi repartido entre alguns países do continente europeu que também subjugou povos em parte do continente asiático, bem como a Oceania. Segundo Semmel (1960 apud BOBBIO, 2004, p. 611), o fenômeno do imperialismo

> […] se impôs pela primeira vez na década de 1870, na Inglaterra vitoriana, sendo usado para designar a política de Disraeli, que objetivava robustecer a unidade dos Estados autônomos do império, ou seja, criar a *imperial federation*. Mas é só pelos fins do século XIX que se inicia o estudo sistemático dessa série de fenômenos, isto é, só então surgem as primeiras teorias sobre o Imperialismo, dando origem a uma seqüência de análises que nunca deixaram de se desenvolver, em quantidade e qualidade, até hoje.

Bobbio (2004) explica que, entre 1914 e 1945, é notável a percepção do fenômeno do imperialismo na Alemanha, que, por sua vez, tentou levar sua preponderância para todo território europeu, já o Japão se dedicou em levar sua ação imperialista para o território asiático e a Itália na África "querendo tornar realidade, numa situação de aliança subalterna com a Alemanha nazista, um plano hegemônico menos ambicioso na área do Mediterrâneo". Depois de 1945, as ações imperialistas se extinguem na Europa e no Japão, tendo em vista que começa o processo de emancipação dos territórios coloniais tal qual se tornaram independentes das metrópoles as quais os colonizaram, o que levou à independência. Apesar disso, Bobbio (2004; p. 612) afirma que

> […] o fenômeno do Imperialismo continuou a manifestar-se obviamente de formas diversas, quer nas relações hegemônicas estabelecidas entre as duas superpotências e os Estados dos respectivos blocos, quer na política neocolonialista praticada, principalmente pelos Estados Unidos, mas também, em menores proporções, pelas demais potências capitalistas.

Apesar de, atualmente, o conceito de imperialismo ter uma conotação negativa, em seu auge, no Século XIX, não tinha, porque era amplamente associado às ideias de progresso, civilização e expansão de influência política e econômica.

Arendt (1998, p. 147), explica que o imperialismo surge a partir do colonialismo em 1884 "gerado pela incompatibilidade do sistema de Estados nacionais com o desenvolvimento econômico e industrial do último terço do século XIX" e é quando se dá o início da política expansionista que, além de alargar suas fronteiras, tinha como característica a formação de impérios. O imperialismo passa a ser uma forma de violência exclusiva de Estado, mas esse impulso imperialista teve seu fim. Com o desmonte do Império Inglês, marcadamente com a independência da Índia, outras nações europeias acabaram por não manter suas possessões coloniais, exceto Portugal (ARENDT, 1998). Ainda segundo Arendt (1998, p. 115), não foi apenas "fraqueza ou cansaço provocados por duas guerras sangrentas numa só geração, mas também os escrúpulos morais e as apreensões políticas".

Com isso, em um período muito curto do ponto de vista histórico as mudanças no perfil de influência entre as nações foram imensas, passando de um colonialismo de incorporação de um país por outro para um imperialismo onde havia o controle, especialmente político e econômico, por outro. Essa nova relação (imperialista) que criou novas e imensas fortunas, foi incapaz de formular soluções negociadas politicamente que

fluíram para duas grandes guerras que, por fim, levaram ao gradual colapso desse modelo de dominação.

O historiador marxista britânico e judeu Eric John Ernest Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Impérios* (HOBSBAWM, 2005), nos mostra que a classe econômica dominante no Século XIX ganhava força e, era quem ditava as regras dos países imperialistas. Para isso, as classes dominantes criavam histórias para dar legitimidade às suas práticas de dominação em relação a outras classes e povos, fazendo com que o capital se estendesse para além de seus países, visavam a uma política utilitarista. Hobsbawm (2005, p. 56) ainda nos explica que,

> Era muito provável que uma economia mundial cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento se transformasse num mundo onde os "avançados" dominariam os "atrasados"; em suma, num mundo de império. Mas, paradoxalmente, o período entre 1875 e 1914 pode ser chamado de Era dos Impérios não apenas por ter criado um novo tipo de imperialismo, mas também por um motivo muito mais antiquado. Foi provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam "imperadores", ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título.

Com relação ao novo imperialismo emergente, Hobsbawm (2005, p. 64) descreve que,

> Mas o ponto crucial da situação econômica global foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados. Quando sua força era suficiente, seu ideal eram "portas abertas" nos mercados do mundo subdesenvolvido; caso contrário, elas tinham a esperança de conseguir para si territórios que, em virtude da sua dominação, garantissem à economia nacional uma posição monopolista ou ao menos uma vantagem substancial. A conseqüência lógica foi a repartição das partes não ocupadas do Terceiro Mundo.

Dessa forma, Hobsbawm (2005, p. 65) descreve o novo imperialismo como fruto de uma escola de pensamento econômico baseado na competição entre países concorrentes. Assim, "não decorre que se esperasse a transformação de qualquer colônia em particular" exceto, segundo ele, a África do Sul que se tornou o maior produtor mundial de ouro. Segundo Hobsbawm, o papel das colônias, via de regra, era auxiliar na dominação de novas regiões. Isso foi declarado com toda clareza por um funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, por volta da virada do século, quando os Estados Unidos da América seguiram o estilo internacional, fazendo uma breve investida para a construção de

um império colonial próprio. A essa altura torna-se difícil separar os motivos econômicos para a aquisição de territórios coloniais da ação política necessária para este fim. Assim, descreve que o protecionismo, de qualquer tipo, é a economia operando com a ajuda da política (HOBSBAWM, 2005).

Apesar disso, é impossível negar que a ideia de superioridade em relação a populações de locais remotas, que parecia legitimar esta dominação, beneficiava a política do imperialismo. Nas grandes exposições internacionais que eram realizadas nos países imperialistas a burguesia sempre se orgulhava do seu triunfo na ciência, na tecnologia e nas manufaturas (HOBSBAWM, 2005).

Ainda, é muito interessante notar que Eric Hobsbawm, que era marxista britânico, e Hannah Arendt, alemã de descendência judia e não marxista, embora tenham partido de visões diferentes do mundo tiveram ideias e interpretações sobre a origem e o papel dos impérios no período que guardam certos pontos em comum.

2.2 O IMPERIALISMO E O MUNDO DOS NEGÓCIOS

O imperialismo tomou forma na segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo que havia a expansão industrial, sendo que esses dois eventos causaram uma forte tendência de concentração de capital em poucas indústrias. Essa alteração causou rápida reorganização na política e na economia, sendo que alguns grupos foram privilegiados e outros não. Entretanto, esse imperialismo, “tornou interessantes os negócios comerciais com o Estado como parceiro”, pois, para alavancar os negócios, alterou a narrativa de suposta improdutividade dos negócios estatais (ARENDT, 1998). Nos séculos anteriores a comunidade judaica sempre buscou aproximação com a nobreza, mas nunca conseguiu, de fato, ser incluída nela. A relação que esta comunidade desenvolveu foi de parceiros financiadores de projetos dessa nobreza e isso lhes conferia prestígio. Portanto, a nobreza criava os projetos e os judeus mais abastados os financiavam e, por isso, eram aceitos em rodas mais destacadas da sociedade. No entanto, o imperialismo impactou profundamente essa população judia, pois perderam a posição exclusiva, singular e privilegiada nas cortes (ARENDT, 1998).

Esses mesmos judeus buscaram se posicionar com importante papel na estrutura do Estado como seus financiadores, mas viam seu papel esvaziado pelas grandes corporações que

o imperialismo gerou. Com esta perda de "prestígio" teses antissemitas foram reforçadas na época, numa inversão de posição social. Essas teses ganharam força e popularidade com um singular encanto. Os discursos e pronunciamentos nacionalistas dos partidos antissemitas tornaram-se cada vez mais populares na época e conquistaram a sociedade. Tais discursos traziam, em forma de oratória, os sonhos que suas crenças supersticiosas em raça, sangue, e em um organismo de poder posto acima do governo de cada nação. No entanto, na primeira metade do Sec XX a comunidade europeia, embriagada por estes discursos, não queriam enxergar - pois visavam apenas lucros - que o processo de massacres que os países imperialistas haviam realizado na África, Ásia e Oceania ao longo da história e nem o massacre que esse discurso de nacionalismo traria num futuro próximo por alimentar as teses antissemitas.

Esses discursos que falavam o que se desejava ouvir encontrou uma Europa cujo poder estava enfraquecendo gradualmente, ameaçando a posição de centro do poder, justamente pela política imperialista conduzida. Nesse vácuo, duas nações (América e Rússia) emergiram e assumiram o papel até então da Europa. Sobre o reflexo dessa política imperialista na Europa, Arendt (1998, p. 117) relata,

> [...] Foi a política imperialista, mais que qualquer outro fator, que provocou o declínio da Europa, e parece ter-se realizado as previsões dos estadistas e historiadores de que os dois gigantes localizados nos flancos leste e oeste das nações europeias emergiriam finalmente como herdeiros do poder europeu. Hoje ninguém mais procura justificar a expansão com afirmações que a veem como "a carga do homem branco" ou como a decorrência da "consciência tribal ampliada" que pretendia unir os povos de origem étnica semelhante; em vez disso, fala-se de "compromissos" com nações aliadas ou de responsabilidade do poder ou de solidariedade com os movimentos revolucionários "de libertação nacional". A própria palavra "expansão" desapareceu do vocabulário político, que agora emprega termos como "extensão" ou "união", o que diz quase a mesma coisa. Mais importantes politicamente, os investimentos privados em terras distantes, que originalmente constituíam a motivação básica do imperialismo, estão hoje superados pela ajuda externa, econômica e militar, fornecida diretamente aos governos pelos governos.

Após a II Guerra Mundial esse imperialismo deu lugar ao que Arendt (1998, p. 117) chama de "imperialismo do dólar". Para autora, essa nova face do imperialismo portava características próprias, no sentido político, por exemplo, o imperialismo do dólar em vez de fazer um massacre às pessoas, fazia um massacre econômico e, por meio do seu poder econômico, garantia empréstimos a países estrangeiros para seus objetivos capitalistas. Com essa nova face, o Imperialismo anterior se extingue. Arendt (1998, p. 149) explica que

“apenas em 1966, o governo americano despendeu 4,6 bilhões de dólares em ajuda econômica e créditos para o exterior, mais 1,3 bilhão por ano em ajuda militar na década de 1956-65, enquanto o fluxo de capital privado foi de 3,69 bilhões de dólares em 1965 e de 3,91 bilhões em 1966”. Vale destacar que esse tipo de imperialismo teve uma experiência no século XVIII e XIX quando o Império britânico passa a controlar nações através de empréstimos e gestão da dívida, mas numa escala bem menor que no caso descrito pela autora.

Dessa forma, em poucas décadas e após duas guerras mundiais, o imperialismo foi reformulado totalmente, assumindo um papel de dominação econômica para alcançar objetivos políticos. Assim, o domínio político e de influência que imperava no séc. XIX gradualmente foi alterado para um controle por dominação e controle econômico, quando nações seriam subjugadas por ferramentas econômicas.

Essa mudança não foi pequena. Fez que o centro do poder passasse, pelo menos em grande parte, de Estados para organizações econômicas.

2.3 O IMPERIALISMO, TOTALITARISMO, COLONIALISMO E A BURGUESIA

O totalitarismo, foi a leitura de alguns regimes políticos, que surgiu em países europeus no século XX e se caracterizava pelo controle total da vida pública e da vida privada. Para se manterem, elegiam líderes totalitários e centralizadores. Independente da forma e do nome da figura central do poder, este tipo de Estado investia fortemente em propaganda e elegiam inimigos em potencial, que se tornaram a maior justificativa interna para que o totalitarismo funcionasse.

Segundo Arendt (1998, p. 156), o fenômeno do imperialismo muito se assemelha ao totalitarismo, sendo que o imperialismo e o colonialismo diversas vezes desencadearam o totalitarismo com o domínio de uma pessoa ou partido sobre uma nação, como aconteceu na Alemanha nazista. No entanto, a autora nos aclara que o imperialismo não surgiu de interesses políticos, mas por interesses econômicos. A classe burguesa, ávida por novas oportunidades de negócios, buscou interferir na política. A classe burguesa, detentora do modo de produção capitalista, ingressa no espaço político ou atua interferindo nele para expandir seus negócios fora das fronteiras nacionais em busca de novas oportunidades de ganho,

> [...] classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica. A burguesia ingressou na política por

> necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa (ARENDT, 1998, p. 156).

Assim, a burguesia detentora do modo de produção capitalista, ainda que de modo parcial, incita os governos nacionais a se voltarem para a política mundial "durante algum tempo, a política proposta parecia ter limites e equilíbrios decorrentes da simultaneidade da competição expansionista entre as nações" (ARENDT, 1998, p. 156). Arendt destaca nesse trecho que, no início, o imperialismo poderia ser descrito como "uma luta de impérios em concorrência o que era bem diferente do império de federação de Estados, sob uma hegemonia". Dessa forma, o que geraria equilíbrio seria as disputas entre as nações, todas em busca de conseguirem vantagens que permitiriam a imposição dos vencedores sobre os demais. Assim, a expansão de uma nação (política e econômica) controlaria a expansão de outra. Dessa forma, a dominação das demais nações tinha como intuito ter uma nação espalhada pelo mundo e seus negócios também e, quanto mais uma nação se espalhava, mais controlava a expansão de outra competidora. Na ânsia de obter melhores resultados que os concorrentes, a ganância dessa burguesia engajada nessa busca de expansão de sua influência foi notável.

> […] buscas predatórias empreendidas em todo o mundo por novas possibilidades de investimentos, atribuem ao imperialismo a antiga grandeza de Roma e de Alexandre, grandeza que tornaria as conseqüências do imperialismo mais toleráveis do ponto de vista humano. A única grandeza do imperialismo está na batalha que a nação trava — e perde — contra ele. A tragédia dessa oposição hesitante não está apenas no fato de muitos representantes nacionais terem sido comprados pelos novos comerciantes imperialistas, pois pior do que a corrupção era a convicção dos incorruptos de que o imperialismo era a única maneira de conduzir a política mundial (ARENDT, 1998, p. 162).

Essa burguesia, além de ter interesse em sua emancipação política, acreditava que através das expansões e a apropriação da matéria prima iriam ter um aumento de seu capital e também salvaria, de certa forma, a economia de seu país e, por isso, pressionava seus governos para que participassem da política imperialista, tendo como proposição a expansão das fronteiras, fazendo com que os países conquistados e seus nativos fossem incorporados e protegidos nas regras de sua nação, porém essa não era a realidade. O imperialismo, via de regra, não passou de uma de violência legalizada e praticada pelo Estado que buscava nada menos que acúmulo de poder, desvinculando a economia do bem-estar humano. A sede

desenfreada por expansão tinha como principal objetivo o acúmulo e um capital infindável, e sua "consequência lógica é a destruição de todas as comunidades socialmente dinâmicas, tanto dos povos conquistados quanto do próprio povo conquistador" (ARENDT, 1998, p. 167). Arendt (1998, p. 168) propôs que o imperialismo foi o "primeiro estágio do domínio político da burguesia". Esse domínio chegou a tal ponto de

> [...] os comerciantes se tornaram políticos e foram aclamados como estadistas, enquanto os estadistas só eram levados a sério se falassem a língua dos comerciantes bem-sucedidos e "pensassem em termos de continentes", essas práticas e mecanismos privados transformaram-se gradualmente em regras e princípios para a condução dos negócios públicos (ARENDT, 1998, p. 168).

A burguesia entendeu que, para garantir o infindável acúmulo de capital, era necessário garantir também o acúmulo de poder, sendo assim, essa era a única forma de garantir a estabilidade nas normas econômicas que muito os favoreciam. Em seus discursos, agora políticos, traziam soluções para todos os problemas na Europa, assim sendo, convenceram até a classe econômica mais baixa a abraçar essa ideia que trazia a esperança de uma ascensão econômica também para eles.

Para iludir a classe operária, os burgueses propunham aumento de salário, em contrapartida aumentava os gastos dos trabalhadores, sendo assim, estes não conseguiam fazer acúmulo de capital. Além disso, para garantir o maior acúmulo de capital a burguesia se livrou dos impostos por meio do imposto indireto, embutidos nos produtos, que recaía mais sobre a classe trabalhadora. Era claro que esse sistema iria colapsar. Arendt (1998, p. 178) nos relata que,

> As crises e depressões que sobrevieram nas décadas que precederam a era do imperialismo haviam convencido os capitalistas de que todo o seu sistema econômico de produção dependia de uma oferta e procura que, de agora em diante, tinha de vir de "fora da sociedade capitalista". Essa oferta e essa procura vinham de dentro da nação enquanto o sistema capitalista não controlasse todas as classes juntamente com toda a sua capacidade produtiva. Mas, quando o capitalismo havia permeado toda a estrutura econômica, e todas as camadas sociais haviam entrado na órbita do seu sistema de produção e consumo, os capitalistas tinham claramente de decidir entre assistir ao colapso de todo o sistema ou procurar novos mercados, isto é, penetrar em outros países que ainda não estivessem sujeitos ao capitalismo e, portanto, pudessem proporcionar uma nova oferta-e-procura de características não-capitalistas.

A burguesia foi forçada a compreender que o processo de acúmulo de capital, para se manter, deveria permanecer constante, ou seja, teriam que sempre estar "roubando" ou "explorando" a classe trabalhadora e as nações não capitalistas. Com o crescimento industrial, a burguesia passou a exigir que o governo protegesse seus investimentos. Sendo assim, esse governo do qual, outrora, a classe burguesa se emancipara, torna-se para ela apenas um instrumento de proteção de seu capital.

Essa lógica excluía a maior parte da população dos benefícios, mas a reação e oposição popular a esta estrutura imperialista foi particularmente curiosa e didática. Pegando, por exemplo, o Partido Trabalhista britânico, Millin (1933 *apud* ARENDT, 1998, p. 181) afirma que "Os operários veem que, embora os americanos gostem muito deles, dedicando-lhes os sentimentos mais fraternos, barram, não obstante, a entrada dos seus produtos. Veem que a Rússia, a França e a Alemanha também estão fazendo o mesmo em escala local, e que, se não tomarem cuidado, não lhes restará lugar algum no mundo onde possam comerciar [com o que produzem]. E assim os operários estão se tornando imperialistas, e o Partido Liberal segue a reboque". Dessa forma, a ideia imperialista patrocinada pela burguesia a seus serviços, captura a classe operária não favorecida que passa a defender essa mesma estrutura econômica que não o atende. Os discursos com falas do que desejava ouvir e promessas que jamais seriam de fato realizadas foi comum e gerou enorme impacto na população geral. Trata-se, então, de um engodo coletivo em que grande parte da população é cooptada. Promessas nunca cumpridas que, no coletivo, eram acolhidas com esperança. Arendt (1998, p. 182) nos escreve que a fraca reação e oposição a esta estrutura imperialista pode ser resultado de

> [...] as numerosas inconsistências e promessas, descaradamente quebradas, dos estadistas liberais, freqüentemente atribuídas ao oportunismo e ao suborno, têm causas mais profundas. Nem oportunismo nem suborno poderiam ter persuadido homens como Gladstone a quebrar a promessa, feita quando líder do Partido Liberal, de evacuar o Egito quando se tornasse primeiro-ministro. De modo semi consciente e raramente declarado, esses homens compartilhavam, junto com o povo, a convicção de que o corpo nacional estava tão dividido em classes, e que a luta de classes caracterizava tão universalmente a vida política moderna, que a própria coesão do país estava em perigo. Novamente a expansão surgia como a tábua de salvação, se e enquanto pudesse proporcionar um interesse comum para a nação como um todo, e foi principalmente por esse motivo que se permitiu que os imperialistas se tornassem "parasitas do patriotismo".

Essa expansão que trata Arendt se refere à expansão imperialista que incorpore matéria-prima, serviços e comércio. Assim, qualquer solução de estabilidade do país passaria pela constante expansão imperialista, que dependia menos do nacionalismo (nessa lógica, não importa os aspectos nacionais, mas especialmente os comerciais) e tinha como seu foco as questões econômicas, e isso fez com que todos abraçassem essa ideia imperialista, mesmo a grande parte da população que não era diretamente beneficiada, até mesmo porque ela aparentava representar os interesses comum de todos. Quando o contexto era do nacionalismo, este trazia a ideia de que as outras nações e povos são inferiores para controlá-los político e militarmente para serem subjugadas, dominadas, roubadas e exploradas. Logo, junto com o nacionalismo vinha o racismo, que carregava consigo a mesma conotação. No caso do imperialismo, o modelo de dominação não necessita do racismo como base da dominação, e isso diferencia o Nacionalismo e o Imperialismo. Arendt (1998, p. 183) descreve que existe um abismo entre o nacionalismo e o imperialismo, pois "na prática, esse abismo já foi transposto pelo nacionalismo tribal e pelo racismo desenfreado".

Fica evidente que o imperialismo e o nacionalismo tinham em comum a meta de expansão de suas indústrias, a fusão do capitalismo financeiro com o capitalismo industrial e a expansão do domínio europeu em outros continentes e isso torna complexo diferenciar esses dois sistemas. Para Arendt (1998, p. 183) "mais do que qualquer outro grupo, foram as autoridades governamentais que adotaram ativamente o imperialismo nacionalista, tornando assim, responsáveis pela confusão que surgia entre o imperialismo e o nacionalismo". Essa confusão foi, antes de tudo, oportuna pois abraçava os interesses do Imperialismo com a ideia de expansão de poder e oportunidades do nacionalismo. Considerando que os políticos imperialistas tinham absoluta indiferença às questões políticas internas, esta fusão (imperialismo nacionalista) dava uma roupagem de servir a nação como um todo.

Nesse contexto, é possível considerar que fenômenos como colonialismo, imperialismo e nacionalismo eram quase que uma doutrina orgânica, como que se fosse algo "natural" ao decorrer do processo histórico e, por isso, quase não chocava. As diferenças, mesmo que sutis, eram importantes, mas, via de regra, não notadas, principalmente, quando o pano de fundo era a disputa de classes numa sociedade extremamente hierarquizada. Nesse processo, a diferença entre as classes ficou cada vez mais notável, até mesmo porque, os interesses econômicos era o "espírito da coisa", e a expansão imperialista agregada ao nacionalismo se tornara um instrumento de política nacional. Dessa forma, agentes evolvidos no colonialismo ou no imperialismo passaram a se considerar agentes da pátria e não de um

processo de organização social de classes da nação de origem. Esta realidade demonstra a fragilidade da estrutura social e, segundo Arendt (1998, p. 144),

> [...] Os membros das associações colonialistas e ligas imperialistas sentiam-se "bem distantes das lutas partidárias" e, quanto mais se afastavam da pátria, mais acreditavam "representar apenas o propósito nacional". Isso mostra quão desesperada era a situação das nações europeias antes do imperialismo, quão frágeis se haviam tornado as suas instituições e quão obsoleto o seu sistema social em face da crescente capacidade produtiva do homem.

Arendt (1998, p. 196) afirma que, após 1870, quando a condição do nacionalismo teve alterações e se unificou com o imperialismo, trouxe às claras o racismo, porém, em forma de ideologia e, assim, o racismo "pôde se manifestar integralmente". Arendt (1998, p. 226) ainda aclara que "O imperialismo teria exigido a invenção do racismo como única 'explicação' e justificativa de seus atos, mesmo que nunca houvesse existido uma ideologia racista no mundo civilizado". A partir daí começou a construção de teorias que, se hoje sabemos não serem ciência, na época eram consideradas como tal (por exemplo, Arthur de Gobineau, 1816-1882) e buscavam dar base de sustentação ao racismo. Estes "cientistas" eram incansáveis na tentativa de substituir o conceito de nação para o então conceito de raça, pois isso, no pensamento deles, justificaria amplamente o domínio e a exploração. Arendt (1998, p. 226) ainda nos escreve que

> [...] O racismo como instrumento de domínio foi usado nessa sociedade de brancos e negros antes que o imperialismo o explorasse como ideia política. Sua base e sua justificativa ainda eram a própria experiência, uma terrível experiência de algo tão estranho que ficava além da compreensão e da imaginação: para os brancos foi mais fácil negar que os pretos fossem seres humanos. No entanto, a despeito de todas as explicações ideológicas, o homem negro teimosamente insistia em conservar suas características humanas, só restando ao homem branco reexaminar a sua própria humanidade e concluir que, nesse caso, ele era mais do que humano, isto é, escolhido por Deus para ser o deus do homem negro.

O historiador Eric Hobsbawm também avaliou a gestão raça e racismo. Apesar de Hobsbawm e Arendt divergirem em alguns pontos, ambos partilham leitura aproximada sobre algumas questões. Para Hobsbawm (2005, p. 68), "a sensação de superioridade que uniu os brancos ocidentais — ricos, classe média e pobres — não se deveu apenas ao fato de todos eles desfrutarem de privilégios de governante, sobretudo quando efetivamente estavam nas

colônias". Dessa forma, pessoas em posição social subalterna no país sede poderiam gozar de prestígio nas colônias e nos países subalternos. Hobsbawm (2005, p. 68) descreve que

> Em Dacar ou Mombaça, o mais modesto funcionário era um amo e era aceito como gentleman por pessoas que nem teriam notado sua existência em Paris ou Londres; o operário branco era um comandante de negros. Mas mesmo onde a ideologia insistia numa igualdade, mesmo potencial, esta se transformava gradualmente em dominação.

Para Arendt (1998, p. 178) o papel do racismo foi muito importante no formato de dominação. O racismo contra os negros foi amplamente utilizado por séculos, porém as características humanas da população negra eram evidentes. Assim, o homem branco buscou reexaminar a sua própria humanidade e concluir que, nesse caso, ele era mais do que humano. O racismo não era praticado somente com os negros, era também praticado com outros povos como os judeus, os mesmos judeus que acreditavam, com base na sua religião tradicional que eram o povo escolhido por Deus. Para Arendt (1998, p. 226) os judeus acreditavam "firmemente que eram o povo escolhido, com a diferença fundamental de que haviam sido escolhidos não para a divina salvação da humanidade, mas para a ociosa dominação de outra espécie, condenada a um trabalho forçado não menos ocioso". Esta ideia de povo escolhido voltará com força na constituição do estado nacional judeu. Com isso, a religião passa a ter papel importante, seja referendando ações racistas ou legitimando que a dominação imperialista daquele povo selvagem seja, de fato, um passo na evolução.

Mas, se a religião teve um papel de destaque no processo do novo imperialismo teve também seu lado positivo. Segundo Hobsbawm (2005), cidadãos na função de administradores ou militares e que tivessem abertura intelectual para compreender as diferenças culturais da sua sociedade em relação àquelas que ocupavam ou governavam puderam admirar e descrever estas culturas, para eles, exóticas. Hobsbawm explica que excelentes obras foram feitas descrevendo a cultura exótica. Embora parte desse trabalho repousa sobre a sensação de superioridade e, assim, foi um subproduto da dominação colonial ou visava a ajudá-la, demonstrando que o autor pode ter sido contaminado com o olhar do europeu aos povos e culturas exóticas, importante considerar a ponderação dele.

> O imperialismo ocasionou um aumento notável no interesse ocidental em formas de espiritualidade derivadas do Oriente, ou que diziam ser, e às vezes conversões a elas. Contudo apesar da crítica pós-colonial, esse conjunto de obras de erudição ocidental não pode ser simplesmente descartado como

> uma desqualificação arrogante de culturas não-europeias (HOBSBAWM, 2005, p. 76).

O fenômeno do imperialismo não só trouxe consigo a mudança moral e econômica, mas essas mudanças vieram sem solidez e equilíbrio mais duradouro. Quando acaba a era burguesa, acaba o imperialismo e, consequentemente, abre-se espaço para o surgimento de um novo fenômeno, o do totalitarismo, que traz consigo uma ditadura monopartidária.

O totalitarismo herda, então princípios imperialistas, embora estadistas como Hitler não assumissem, era visível que o novo fenômeno herdara a ideia de raça, domínio e controle, assim como o fenômeno que o antecedera. Como que de uma forma orgânica, o colonialismo desencadeou o imperialismo, que desencadeou o nacionalismo, que desencadeou o totalitarismo, sendo assim, a origem do totalitarismo encontra-se em todos os fenômenos que o antecederam.

Dessa forma, de um colonialismo basicamente entre Estados surgiu um Imperialismo que tinha mais relação com o Capital e, portanto, com a parcela da população que detinha os meios de produção. Essa burguesia, em nome da manutenção dessa estrutura de Estado adotou, estrutura e patrocinou todas as formas de dominação, o que inclui o totalitarismo e até o racismo, em nome de um Nacionalismo. Esse cenário se desenvolveu de forma rápida, ocorrendo em pouco mais de um século.

2.4 IMPERIALISMO E SIONISMO

Nesse mesmo período, do final do séc. XIX, surge um movimento de extremo nacionalismo com base na busca do povo judeu de uma área que pudesse constituir um Estado judeu. Esse movimento ficou conhecido como Sionismo, claramente distinto de semitismo, embora muitos ainda os confundem. Nesta parte do texto, analisaremos como o movimento imperialista deu luz ao movimento sionista, que passou a ser uma ferramenta de dominação imperialista, e de que forma Israel assume uma posição imperialista em relação aos palestinos. O modelo imperialista foi uma das principais bases na criação do estado de Israel, fruto de um acordo secreto entre Inglaterra e França. Nesse acordo, os países supracitados (todos tradicionalmente imperialistas), negociaram a repartição das terras da Palestina. Neste subcapítulo será abordado, de modo breve, a respeito do acordo de Sykes-Picot, pois analisaremos melhor a respeito disso no capítulo posterior.

O acordo secreto denominado tratado Sykes-Picot aconteceu no dia 16 de maio de 1916, quando ainda ocorria a I Guerra Mundial. Nessa reunião diplomática, França e Reino Unido definiram as repartições das terras que, então, pertenciam ao império Otomano. A negociata foi denominada dessa forma em homenagem ao inglês Mark Sykes e o francês François Georges-Picot. De acordo com Mas (2016), esse tratado gerou muitos conflitos que perduram até os dias atuais.

> [...] Em 16 de maio de 1916, Paris e Londres dividiram as províncias otomanas do Médio Oriente. Nem o Estado Árabe nem a pátria judaica apareceram no Acordo Sykes-Picot, cujo esboço criou conflitos ainda vivos sobre fronteiras, legitimidade e frustração histórica.

Parte da história deste acordo é descrita por Mas (2016, p. 3) que assim o apresenta,

> Em 16 de maio de 1916, foi assinado o acordo secreto Sykes-Picot, dividindo as províncias Médio Oriente otomano em cinco áreas: uma sob controlo francês e outra britânica; dois sob influência francesa e britânica respectivamente, e um quinto na Palestina sob controle internacional.

O que Mark Sykes e George Picot planejavam era ter a Palestina como uma extensão do império britânico e do império francês. Os árabes não sabiam de modo claro em que consistia esse acordo, até mesmo porque os britânicos fizeram promessas tanto para os Árabes quanto para os sionistas em troca de apoio. Com a vitória da França e da Inglaterra na I Guerra Mundial, segundo Mas (2016, p. 4) é alterado todo o plano e feito no acordo secreto entre os países ganhadores,

> [...] entre Novembro de 1915 e Março de 1916, os britânicos e franceses realizaram reuniões secretas para dividir as províncias otomanas do Médio Oriente. O deputado conservador britânico Sir Mark Sykes e o ex-cônsul francês em Beirute Charles François Georges-Picot traçaram uma linha num mapa ligando Acre (Palestina) e Kirkuk (Iraque): o norte seria para a França; o sul, para o Reino Unido. [...] Em janeiro de 1919 ocorreu a Conferência de Paz de Paris onde os países vencedores sob a liderança do presidente dos Estados Unidos Thomas Woodrow Wilson e os primeiros-ministros britânico e francês, Frank Lloyd George e Georges Clemenceau, respectivamente, projetaram as condições de paz e reconheceu o Acordo Sykes-Picot. O Estado Árabe e a pátria nacional do povo judeu estavam a desaparecer perante a voracidade imperial dos britânicos e franceses.

Fica claro a impossibilidade de atendimento dos acordos propostos pois a correspondência a Hussein-McMahon tinha como conteúdo a dominação árabe sob a Palestina, enquanto o acordo Sykes-Picot propunha que a Palestina estaria sob a dominação

colonial anglo-francêsa. Em 1917, Balfour, em sua declaração, propunha um estado judaico sem considerar os árabes palestinos que ali habitavam (KNELL, 2017). Após o fim da I Guerra, a Sociedade das Nações (composta pelas potências que venceram a guerra), nas conferências de Deauville e de San Remo, limitam-se a ajustes na linha Sykes-Picot e confirmam a divisão da região em mandatos britânicos e franceses. Assim, essas potências imperiais impuseram as fronteiras e os sistemas de governo da maioria dos Estados da região, fazendo a seguinte divisão territorial basicamente: França com mandato na Arábia Saudita e no Líbano e a Grã-Bretanha com mandato na Mesopotâmia (mais tarde Iraque) e na Palestina. Vale destacar que nessa conferência o governo britânico se comprometeu a estabelecer o Lar Nacional Judeu na Palestina, sem prejuízo dos direitos civis e religiosos da população não judaica da região, promessa nunca totalmente implementada.

Fica evidente na literatura que, para os sionistas e as potências imperialistas, pouco importava a destinação dos árabes, que por sua vez, tiveram seu futuro decidido por sionistas e imperialistas britânicos. Segundo a plataforma digital LavraPalavra que veicula reflexões sobre temas e assuntos do mundo contemporâneo, os sionistas se aproveitaram da ganância das grandes potências para alinhar seus interesses, que eram nada mais que acúmulo desenfreado de capital em troca da constituição do Estado de Israel, que muito beneficiaria os imperialistas e serviria também os interesses sionistas (LAVRAPALAVRA, 2020). Essa afirmação parece segura, visto que as grandes potências imperialistas perceberam que uma aliança com os sionistas era, para si, viável. Os sionistas, para garantir que Grã-Bretanha fosse a tutora do território palestino, fizeram grandes mobilizações, pois só assim, poderiam se beneficiar. Foi no Tratado de Sèvres (agosto de 1920), que se definiram os traçados do novo oriente: “Turquia foi reduzida à península da Anatólia e a Istambul; e, como mandatos da Liga das Nações, o Reino Unido obteve a Palestina, o Iraque e a Transjordânia, ocupadas pelas tropas britânicas e árabes em 1917; e a França obteve a Síria, da qual separou o Líbano” (MAS, 2016, p. 4).

Assim, em 1920, por meio de mandato conseguido sob a promessa de que faria um trabalho civilizatório na Palestina, de tal forma que teriam autonomia conforme fossem se desenvolvendo, os territórios da Palestina ficaram sob a tutela de França e Inglaterra. Estava constituída a condição ideal para os sionistas, em parceria com a administração britânica, criarem do Estado de Israel, pois todas as condições estavam criadas. As organizações sionistas tomaram o controle de imigração, intensificaram o movimento de imigração de

judeus de toda Europa para Palestina para que, com uma grande população, pudessem impor um governo judeu naquele território.

Esta colonização maciça de judeus precarizou a situação do povo árabe da Palestina. Em 1914, eram 79,5% de muçulmanos, 11,6% de judeus e 8,1% de cristãos e, em 1941, 59,7% de muçulmanos, 31,2% de judeus e 8,3% de cristãos. Além disso, após a Revolta Árabe de 1936-1939, surgiram grupos paramilitares sionistas (por exemplo Irgun e Stern) (MAS, 2016, p. 6).

Sobre a atuação desse exército fica claro em documento compartilhado entre o Departamento de Estado americano e britânico e disponibilizado pelo The Avalon Project da Yale Law School (DEPARTAMENTO DE ESTADO, 1946), intitulado "Anglo-American Comittee of Injury". No Apêndice IV este documento descreve,

> À medida que a guerra avançava e a implementação parcial da política do Livro Branco [texto publicado pelo Governo britânico em 1939 que determinava o Mandato Britânico da Palestina até que se tornasse efetiva sua independência] progredia, a resistência judaica tornou-se mais ativa. A oposição diametral entre os objetivos dos sionistas expressos no Programa Biltmore e a política da Administração Obrigatória no âmbito do Livro Branco, levou a atritos cada vez maiores entre as organizações judaicas na Palestina e o Governo, e encorajada por parte da juventude judaica e os extremistas recorrem cada vez mais frequentemente à violência como meio tanto de protesto como de sabotagem. A preparação militar para um possível recurso às armas em defesa do Lar Nacional Judaico tornou-se a preocupação de um número crescente de pessoas dentro da comunidade judaica. A Haganah, um desenvolvimento das primeiras organizações de defesa judaicas contra o terrorismo árabe, tornou-se uma organização militar de mais de 60.000 pessoas, razoavelmente bem armadas e disciplinadas, e controlando o seu próprio transmissor de rádio secreto (DEPARTAMENTO DE ESTADO, 1946, p. 3).

Estes dados deixam completamente claro o envolvimento ou, no mínimo, a conivência dos governos americano e britânico na preparação e implementação da ideia do Lar Nacional Judaico na Palestina, desconsiderando completamente que a região já era habitada por árabes palestinos. Fica evidente, pelos tratados firmados e pela política de colonização imposta, que a constituição do Estado de Israel foi planejada embora não de forma clara e expressa. Para que isso se desse, os adeptos do sionismo utilizaram amplamente dos conceitos e estratégias do imperialismo, para manter nações como a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos com parceiros nesse projeto.

No próximo capítulo desta dissertação vamos procurar aprofundar a constituição desse estado judaico e da Constituição Judaica que decorreu da criação do Estado de Israel.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do capítulo ficou evidente que a história das relações políticas internas e externas das nações sempre foi pautada por diversos e complexos interesses. Desde a idade média, a forma de organização do poder foi sendo moldada.

A forma predominante, inicialmente, foi colônias onde nações dominantes puderam expandir seus territórios e ter mais oportunidades de negócios. As colônias eram então incorporadas às nações dominantes e geravam oportunidades sociais de grande impacto. Parte da população dominante, mas que não gozavam de prestígio ou recursos, poderiam, nas colônias, serem considerados cidadãos de destaque. Isso dava à população não nobre ou abastada uma expectativa de melhoria nas suas condições de vida. Nessa época a população judia, que não gozava de destaque pela origem, buscavam se colocar com prestígio se associando aos nobres e reis e financiando seus projetos e aventuras.

Vale destacar que a comunidade judaica, diferente de outras etnias, frequentemente teve dificuldade de ser incorporada em diversas regiões. Ou seja, muitos judeus que viviam na Alemanha não se viam como alemães, na França como franceses, etc. Sempre se viam como uma população à parte, distinta da cultura local, mas que era "aceita" pois exerciam um papel importante nas áreas das finanças (contadores, banqueiros...).

Esta forma de organização (colonialismo) exigia contínua expansão o que não seria possível visto que o mundo é finito. O iminente colapso deste modelo fez com a classe burguesa das nações colonialistas buscassem outra maneira de manter seus lucros e ganhos. Daí, a classe burguesa partiu para participar da política, garantindo que o foco na manutenção dos seus ganhos fosse preservado. Surge então o Imperialismo que não mais busca dominar os povos e nações politicamente, mas controlá-los pelas relações econômicas e dependência financeira. Este fato fica evidente quando analisamos no início do fim da Era Vitoriana, que o Reino Unido buscou controlar novos parceiros com empréstimos ou dependência de empresas inglesas em áreas transnacionais (por exemplo, no Brasil, ferrovias, empresas de energia...). O imperialismo, embora, mantivesse a autonomia política da nação dominada, deu a um racismo que na época parecia ser natural. Assim, mesmo pensadores e intelectuais consideravam que o ápice da evolução seria sua cultura e seus valores e que aos povos exóticos caberia serem "aculturados".

Essa maneira de pensar foi muito bem aceita pois mantinha os negócios vivos e, ainda, permitia aos cidadãos da nação dominante viverem com clara ascensão sobre os nacionais das demais regiões. Nesse contexto, quem estava à frente do Estado eram representantes diretos da classe burguesa e detentoras dos meios de produção, portanto não era mais uma nobreza que dependia de financiamento judeu para seus sonhos. Nesse período, a comunidade judaica acostumada a ter, no mínimo, algum prestígio e destaque perde esta posição social. Agora, como nunca se colocaram como pertencentes das comunidades e, em parte, perderam a função de destaque no cenário local, passaram a ser alvos, como outras populações humanas, de comportamento racistas.

Nesse período, já no final do séc. XIX, surgem as primeiras ideias sionistas, como forma de resolver o problema: definir um Estado que esta comunidade pudesse chamar de seu. Junto com esta aspiração, reascende como brasa a ideia de que as terras da Palestina teriam sido terras prometidas por Deus a eles. Esse movimento sionista passa a contar com estreito apoio das nações dominantes da época (França, Inglaterra e EUA), pois, embora não dependessem do financiamento judeu como seus reis do passado, esta comunidade detinha forte influência no mundo dos negócios.

Ao final da I Guerra Mundial, com o esfacelamento do Império Otomano, a região do oriente médio foi dividida entre França e Inglaterra, com uma promessa de repassar o controle da região à população local, mas ficou evidente que, por parte destas nações sempre houve o claro interesse de ali constituir um Estado Judeu, desconsiderando de fato a população que ali vivia anteriormente.

Com esse pano de fundo e com os eventos extremados da II Guerra Mundial fica pronto o cenário, a grande mudança geopolítica que será implementada na região após a II Guerra.

CAPÍTULO III
A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL: O DITO E O NÃO FALADO

3.1 A ORIGEM A PARTIR DA VISÃO SIONISTA

Arendt, judia e batalhadora contra o antissemitismo, passou a ser atacada pelo movimento sionista como traidora, principalmente após a publicação de Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal , em 1963, pois suas ideias e defesas se afastavam das ideias sionistas, principalmente em três pontos: a crítica ao nacionalismo extremado, o respeito aos demais povos que viviam historicamente na palestina e a necessidade da implantação de um Estado binacional. Para compreender o contexto dessas discussões é importante começarmos refletindo, ainda que de forma genérica, acerca da origem do povo hebreu e do judaísmo, pois a constituição do estado de Israel e a identidade do povo judeu tem com aquela terra que, pelas escrituras sagradas deles, teria sido destinado por Deus a eles. Ainda que a terra de Israel, ao longo de sua história, tenha sido conquistada por vários impérios, o povo judeu desde o êxodo do Egito (narrativa bíblica) esteve presente nela. Ao longo desses períodos de dominação e controle por outros povos, muitos judeus foram expulsos ou se exilaram voluntariamente noutros lugares e alguns permaneceram lá. Assim, ao longo da história, apesar da presença dos judeus lá fosse comum, está longe de ter sido o local com mais judeus, especialmente nos últimos 2000 mil anos (FRIEDRIKSEN, 2002).

Um dos motivos que reforçam a narrativa do povo judeu para suas dificuldades de estabelecimento em algum local, é o racismo que desponta direta ou indiretamente. Mesmo que se considere que o racismo pode ser expresso em relação a vários povos, e em muitos momentos da história, neste capítulo focaremos especialmente no racismo ao povo judeu em função do tema deste trabalho. Os judeus o sofreram no ápice do antissemitismo e na II Guerra Mundial com a ascensão do Nazismo e do holocausto. Esse período reforçou o discurso da necessidade de ter um Estado Nacional judeu, como forma de evitar novos eventos históricos de racismo. Para o povo judeu, se não tiver um Estado em que seja maioria, não teria como se defender, pois não teria voz, exército próprio e nenhum lugar para se refugiar.

Essa situação motivou parte do povo judeu a abraçar a ideologia sionista, almejando ser soberano num Estado onde teria o direito à autodeterminação, em um estado judaico independente. Importante destacar que, inicialmente, nos textos de Thedor Herzl, a localização geográfica deste Estado judeu era secundária. Segundo o próprio Herzl, no livro O Estado Judeu (HERZL, 2015, p. 24) afirma preferência pela região da Patagônia.

> A Argentina é, por natureza, um dos países mais ricos da Terra, de imensa superfície, população escassa e clima temperado. A República Argentina teria o maior interesse em ceder-nos uma porção de terra. A atual infiltração dos judeus provocou descontentamento: seria necessário explicar à Argentina a diferença radical entre aquela e a nova imigração judaica.

Segundo Herzl (2015) a opção da região palestina seria mais poderosamente comovedora para nosso povo. Portanto, a escolha da região para implantação do Estado nacional Judeu compunha, antes de tudo, uma estratégia.

O movimento sionista é em sua essência um movimento nacionalista imperialista, tal qual os judeus buscam o seu próprio Estado, onde seriam a maioria e não a minoria. O movimento sionista fundado no final do século XIX, por Theodor Herzl (HERZL, 2015), trazia a ideia de que, para formar um Estado judeu, era indispensável a constituição de uma assembleia sionista formada somente por judeus. O termo sionismo vem de Sião, colina a sudoeste de Jerusalém, lugar onde os judeus faziam suas peregrinações. Essa ideia foi abraçada tão rapidamente, que dois anos depois, no dia 29 de agosto de 1897, em Bâle, cidade na zona noroeste da Suíça, foi realizado o primeiro congresso sionista e nesse congresso foi criada a Organização Sionista Mundial e Theodor Herzl foi eleito presidente desta organização. As propostas apresentadas por Theodor tinham grande simetria com os interesses dos países imperialistas da época e, por esse motivo, não poupou qualquer esforço para ter como aliado as grandes potências mundiais, que eram Inglaterra, Alemanha, Rússia e também o Império Turco Otomano. Com seu método diplomático, convenceu as potências, pois, como eram antissemitas, queriam mesmo os judeus fora de seu território. Segundo o próprio Herzl (2015, p. 24),

> Se Sua Majestade, o Sultão, nos desse a Palestina, nós nos comprometeríamos a sanear as finanças da Turquia. Para a Europa, formaríamos ali parte integrante do baluarte contra a Ásia: constituiríamos a vanguarda da cultura na sua luta contra a barbárie. Como Estado neutro, manteríamos relações com toda a Europa que, por sua vez, teria de garantir nossa existência.

Por este texto, o sionismo não é um projeto assinado pelo povo judeu, e sim pelos sionistas britânicos. Para Arendt a fragilidade do povo permite que seja usado como massa de manobra, o que ela chamou de "crime" sionista.

De acordo com o historiador judeu Flavio Josefo, o povo hebreu chegou na região onde hoje é Israel e Palestina no segundo milênio antes de cristo, porém é muito difícil fazer a comprovação de muitos relatos, pois os escritos foram baseados em relatos bíblicos e a comprovação histórica ainda contém falhas. Baseado nos relatos bíblicos, o povo hebreu é descendente de Abrão que se dirigiram da Mesopotâmia para Canaã. Abrão era um pastor que morava em Ur, quando recebeu uma profecia de Deus que o fez com que abandonasse a sua terra e se dirigisse ao que, então, era chamada de terra prometida conforme está relatado no livro de Gênesis, capítulo 12 da bíblia. Esse relato bíblico é parte essencial da argumentação dos judeus para a criação de um Estado judeu naquela região.

O historiador Martin Gilbert aponta que os judeus foram a maior população que existia naquela região (GILBERT, 2010), apesar disso, ao logo da história aquela terra que havia sido conquistada pelo povo hebreu, também fora conquistada pelo império assírio, em 721 a.C, babilónico, 586 a.C, persa, em 538 a.C, e gregos, em 333 a.C. No ano de 168 a.C, o reino judeu foi restabelecido, porém, no século seguinte, fora dominado pelo império romano que, por sua vez, reprimia qualquer forma de revolta judaica.

No ano 70 a 135 d.C, o nome da terra que até então era chamada Judeia fora alterada para Palestina. Segundo Gilbert (2010), desde o império romano, bizantino até os domínios muçulmanos houve várias tentativas da expulsão dos judeus, porém milhares de judeus ainda se mantinham nas cidades consideradas por eles sagrada que eram Jerusalém, Hebron, Tiberíades e Safed.

Quando os judeus se refugiaram no Oriente Médio começam a comprar terras na Arábia Saudita e em muitos lugares na Palestina. Stein (1984) relata que na década de 1880, quando os judeus provenientes da Europa começaram a emigrar, surgiram comunidades judaicas na Palestina, quer por meio da aquisição de terras junto aos otomanos, quer por meio da venda direta aos árabes proprietários de terrenos. Dessa forma, surgiram comunidades agrícolas nas terras históricas da Judeia e de Israel, que eram parte do Império Otomano.

Hebron hoje está localizada na Cisjordânia, e é relevante compreendermos a presença de judeus nesse território, inclusive em lugares que, hoje, seriam considerados um estado palestino ou uma terra considerada para o povo palestino. Isso explica o motivo pelo

qual alguns grupos de judeus, uma minoria, acreditam que existem territórios na Cisjordânia que são antigos territórios ocupados pelos judeus e deveriam continuar fazendo parte do Estado de Israel. Além dessas quatro cidades supracitadas existiam comunidades judaicas em outras cidades como Acre, Jericó, Rafá, Asquelom e Gaza, cidades que são território palestino.

Após vários episódios de conquistas e reconquistas, os judeus migraram para a Europa e lá se estabeleceram criando comércios, comprando terras e fazendo negócios e outra parte da população judaica ainda permaneceu na Palestina.

No século XIX quando Jerusalém começou a se restabelecer e ter uma contagem oficial feita pelo Reino Unido, apontava que a maioria de seus residentes eram de origem judaica. Conforme o relatado pelo cônsul britânico Arthur James Balfour, a população muçulmana representava ¼ da população total da Palestina, mas é importante destacar que não se trata de um historiador isento, mas um agente político, ou seja, atuava dentro de um contexto de interesses coloniais e estratégicos britânicos. Em 2 de novembro de 1917, esse mesmo cônsul escreve para Walter Rothschild um documento que ficou conhecido como a Declaração de Balfour e é com esse documento que a Grã-Bretanha, potência da época, respalda e reconhece o "estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina" e que também nada deveria "prejudicar os direitos civis e religiosos de comunidades não-judias que já estavam ali".

Com base nesse documento, em 1922, a Liga das Nações oficializou o Mandato Britânico sobre a Palestina, significando que o Reino Unido se tornou responsável pela administração do território palestino. A Liga das Nações foi uma organização fundada em 28 de abril de 1919, em Versalhes, composta pelos vencedores da I Guerra Mundial e que buscavam negociar um acordo de paz, mas foi extinta em 1942, quando Hitler desencadeou a II Guerra Mundial. Porém, nesse período de existência a Liga estabeleceu o domínio britânico na região da Palestina, o que teve enorme impacto nos eventos históricos seguintes.

Stein (1984) descreve em detalhes essa discussão e suas implicações.

> Em agosto de 1937, na reunião da Comissão dos Mandatos Permanentes da Liga das Nações, os membros da Comissão debateram como e se deveriam aplicar o Mandato Britânico na Palestina. Os Comissários da Liga consideraram que o propósito original e principal do Mandato, tal como expresso no seu Preâmbulo, era o estabelecimento de um lar nacional judaico, sem prejuízo dos direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas na Palestina. Este foi a dupla obrigação, tal como apresentada na Declaração Balfour e nas sucessivas declarações políticas britânicas sobre a

> Palestina. Mas em 1937 a dupla obrigação foi considerada impraticável e desigual. A Grã-Bretanha teve de decidir se daria igual peso à dupla obrigação ou se desligaria completamente do Mandato e, talvez, finalmente, da Palestina. A Comissão Real (Peel), que realizou as suas investigações num esforço para compreender as causas do então elevado nível de agitação e perturbação civil, declarou que o Mandato era impraticável. Os Comissários de Peel sugeriram ainda o estabelecimento de um Estado árabe e judeu e de uma zona britânica na Palestina.

Segundo Stein (1984), o aceite dessa sugestão representaria do governo inglês de que sua política na Palestina havia falhado, mas ainda assim não aceitaram a ideia de partição do território. Isso porque "a dupla obrigação presumia ingenuamente que (1) havia paridade entre as respectivas comunidades, o que promoveria a acomodação mútua e eventual; (2) os objetivos de ambas as comunidades poderiam ser manipulados e alterados; e (3) o comportamento de ambas as comunidades seria geralmente civil e conciliatório [...] tais objetivos, por mais nobres que fossem as suas intenções, não poderiam ser alcançados" (STEIN, 1984).

Como resultado, os judeus na Palestina compravam terras para um Estado, enquanto a maioria da população árabe estava politicamente desorganizada, severamente estratificada socialmente e sofrendo economicamente (STEIN, 1984).

Os palestinos viram a Declaração de Balfour como uma grande traição, especialmente, tendo em vista uma promessa feita de forma separada a eles para assegurar o apoio político e militar aos árabes sob o domínio dos turcos otomanos. Esta promessa sugeria que a Grã-Bretanha apoiaria a luta por independência dos árabes na maior parte das terras do Império Otomano e também no Oriente Médio. Os árabes consideravam que isso incluía a Palestina, apesar de não ter sido especificado. Dessa forma, na prática, a Grã-Bretanha prometeu apoiar tanto os judeus quanto os palestinos na mesma causa, ter controle territorial nas áreas da Palestina histórica.

Em resumo o governo britânico, como mandatário na palestina e apoiado pela Liga das Nações, publicou, em 1939, texto chamado O Livro Branco (ONU, 1939) que incorporou da Declaração de Belfour e definiu três obrigações para a região, sendo: 1 - proteção ao acesso aos lugares santos e edifícios ou locais religiosos, salvaguardando os direitos civis e religiosos de todos os habitantes da Palestina, independentemente da raça e da religião; 2 - o estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu facilitando a imigração judaica em condições adequadas e encorajar, em cooperação com a Agência Judaica, a

colonização dos judeus; 3 - colocar o país sob condições políticas, administrativas e econômicas que garantam o desenvolvimento de instituições autônomas.

Apesar do Livro Branco determinar limites para a imigração de judeus na Palestina, a agência judaica seguiu levando refugiados judeus da Europa e Estados Unidos para a Palestina, ignorando completamente o que fora proposto no Livro Branco e a não aceitação por parte do povo árabe palestino (GOMES, 2001, p. 28). A agência judaica estava empenhada em trazer para as terras palestinas o maior número de judeus para a então criação do estado judaico e milhares de judeus se dirigiam aos portos do Mediterrâneo para serem despachados à Palestina.

Sobre este processo de imigração judia na região da Palestina, Stein (1984, p. 2) esclarece que

> [...] até maio de 1948, dois milhões dos 26 milhões de dunams [unidade de área de 1000m^2] da Palestina foram adquiridos por judeus. Dunams representa unidade de medida que equivale a 0,1 hetare ou 1 hectare equivalente a 10 dunams. Essa área pode não parecer muito mas é importante considerar há poucas áreas cultiváveis (no vale e nas regiões costeiras da Palestina) são uma fração da região. Foram também adquiridas terras na Galiléia e mais tarde nas porções do sul da Palestina, entre Beersheba e Gaza. No final do mandato, o Egito controlava a Faixa de Gaza (320.000 dunams) equivalente a 32.000 hectares e o Reino Hachemita da Jordânia anexou a Cisjordânia/Judeia-Samaria (6 milhões de dunams), ou seja, 600.000 hectares.

Na década de 1930, a aquisição de terras judaicas feita pelo Fundo Nacional Judaico (FNJ/ Jewish National Fund), com o intuito de criar um território nacional, foi se desempenhando até a década de 1940, quando o Fundo Nacional Judaico comprou a maior parte das terras adquiridas pelos judeus na Palestina (STEIN, 1984). Nessa época, os métodos de transferência de terras foram criados, desenvolvidos e melhorados, segundo Stein (1984, pa. 24),

> Nessa altura, os mecanismos de transferência de terras tinham sido totalmente estabelecidos, desenvolvidos e aperfeiçoados. É certo que as restrições legais impostas ao FNJ [Fundo Nacional Judaico] complicaram enormemente a aquisição de terras, mas as transferências não oficiais e não registadas continuaram. A perspicácia, perseverança e desenvoltura acumuladas pela FNJ em anos anteriores permitiram à Agência Judaica o "luxo" de se concentrar nas necessidades políticas associadas ao desenvolvimento do Estado Judaico. O núcleo geoestratégico foi basicamente estabelecido em 1939. Na década de 1940 a luta foi contra os britânicos. Para os sionistas, a Agência Judaica e a FNJ a questão não era se, mas sim quando, um Estado judeu seria estabelecido.

No entanto, fica evidente nestes relatos de Stein (1984) que o processo colonização de judeus na Palestina foi um projeto cuidadosamente planejado e implantado com apoio de autoridades políticas e de financiadores generosos.

O professor Stein (1984, p. 3) nos apresenta uma tabela feita por P. Gurevich e A. Gertz (1936) e Atas das Reuniões da Diretoria do FNJ (Fundo Nacional Judaico, criado para estimular e financiar a colonização judaica na Palestina) de 1924 a 1948, que nos mostra percentagem e o período de aquisição de terrenos feita pelo FNJ, através da Tabela 1, podemos notar uma crescente aquisição de terras feita pelo Fundo Nacional Judaico. O referido autor explica a origem dos dados, "As estatísticas desta tabela foram extraídas de P. Gurevich e A. Gertz, Jewish Agricultural Settlement in Palestine, Jerusalém, 1936, p. 36, e Atas das Reuniões da Diretoria do JNF de 1924 a 1948" (STEIN, 1984, p. 3).

Ainda, é importante destacar que estas imigrações ocorreram em um período que o mundo enfrentou duas guerras e uma crise econômica mundiais. Assim, grande parte dos judeus que aceitaram migrar talvez não intencionassem dominar aquelas novas terras, mas buscavam ter um lugar para viver em paz, longe de conflitos e serem respeitados. Assim, muitos poderiam não intencionar criar um Estado naquele território, até mesmo porque isso foi um plano inteiramente construído pelos sionistas britânicos. O apreço a essa nova terra não era somente uma questão religiosa, era também uma questão ideológica, econômica e política.

No final de	Total de terrenos acumulados até o momento de todas as fontes	Total de terras acumuladas FNJ até o momento por FNJ	Porcentagem do total detido
1914	418.000	16.380	3.9
1922	586.147	72.360	12.3
1927	882.502	196.660	22.2
1932	1.025.079	296.910	28,9
1937	1.244.604	369.860	29,7
1940	1.359.857	505.544	37.1
15/maio/ 1948	2.000.000 (estimado)	928.240	46,4

TABELA I: Aquisição de terras feito pelo Fundo Nacional Judaico visando o assentamento de judeus na região da Palestina
Fonte: Stein (1984).

Os emigrantes judeus buscavam estar em lugares onde poderiam angariar recursos e sobreviver, nesses lugares viviam em comunidade e tinham um cuidado muito especial no que diz respeito à preservação da língua e cultura nativa, apesar de também se adequarem à língua e à cultura local. Devido à diversidade étnica no local, os judeus que optaram por

permanecerem na “terra santa” também tinham essa preocupação. Ao longo de toda história, o território palestino fora dominado por vários reinos, com várias culturas e línguas e julgavam importante manter a cultura judia para coesão da comunidade deles.

Conforme já mencionamos, Mas (2016, p. 6) afirma que a composição étnica e populacional da região Palestina no início do séc. XX era diversificada, mas com maioria muçulmana. Essa informação contradiz o documento feito por Arthur James Balfour que alegava que a maioria da população seria judia e que isto respaldava o “estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina” e que não deveria “prejudicar os direitos civis e religiosos de comunidades não-judias que já estavam ali”. De nada valeram essas afirmações pois não foi levada em consideração a sobrevivência de outros povos que ali habitavam que não fossem árabes palestinos e judeus. A declaração de Balfour também não teve valia no quesito de organização daquelas terras, pois permaneceram desorganizadas.

Levando em conta que os ingleses ganharam a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) e dividiram os território com os franceses, conforme relata Samuel Feldberg em seus escritos acerca do acordo Sykes-Picot (1916). Assim, o autor explica que no acordo firmado entre o Reino Unido e a França, com o consentimento do Império Russo, foi priorizada a divisão territorial do Oriente Médio na hipótese de vitória da Tríplice Entente na I Guerra Mundial, o que repartiu a região em áreas de controle e influência para os possíveis vencedores, tinha-se como intuito, então, fazer a exploração do petróleo que acabara de se tornar a maior matriz energética daquela época.

Um mapa publicado, pela BBC News Brasil, em 18 de maio de 2016, nos demonstra com clareza a divisão das fronteiras feita no acordo secreto denominado Sykes-Picot, que distribuía a região para controle pela França e Grã-Bretanha (Figura 2).

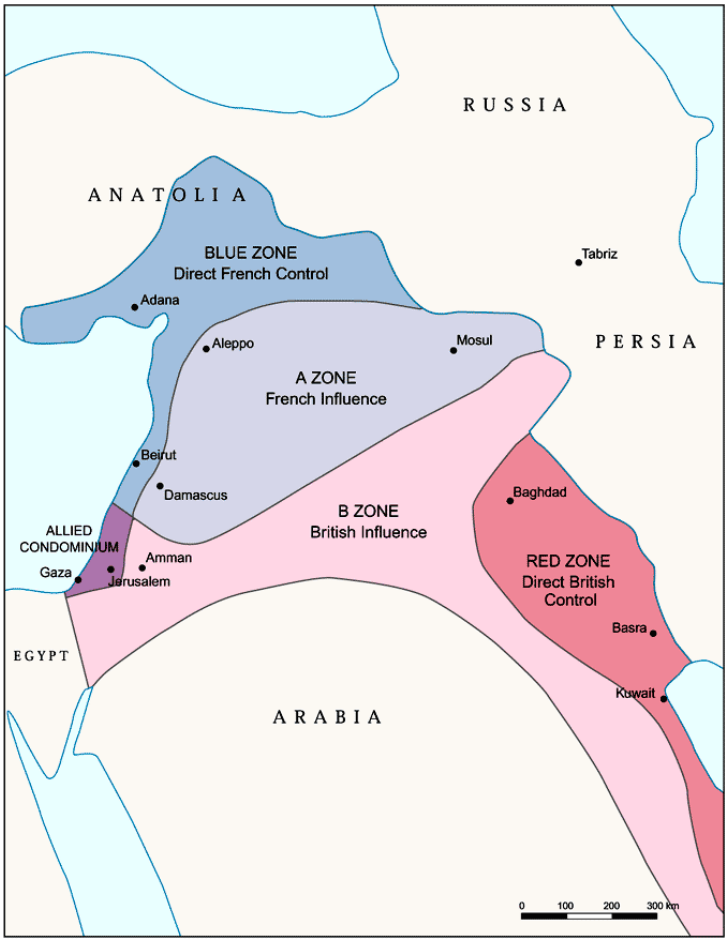

Figura 2: Representação gráfica da divisão para o controle da região pela França e Reino Unido
Fonte: Wikipedia (2024).
Disponível em https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sykes-Picot-1916.gif. Acesso em: 27 Out 2024.

A Grã-Bretanha e França dividiram alguns dos antigos territórios do Império Otomano como a Turquia e Síria. Os britânicos ficariam com o território Palestino onde atualmente ficam o Iraque e grande parte da Cisjordânia, porém, como não foi criado um lar para os judeus, a palestina permaneceu como era, com toda a sua diversidade de povos línguas e culturas. Esse cenário mudou no final da II Guerra Mundial, em 1945, quando se tem proporção do extermínio, genocídio, racismo contra os judeus, é então que o movimento sionista ganha maior proporção, pois conseguiu mostrar a necessidade de os judeus terem um lugar, terem autonomia e condição de sobreviver.

No dia 24 de outubro de 1945, em São Francisco, Califórnia, EUA é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que por sua vez, visava evitar uma nova guerra mundial, conforme afirmava o preâmbulo da carta que fora assinada por representantes de cinquenta países, em 26 de junho daquele mesmo ano, após o término da Conferência das

Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor em 24 de outubro daquele mesmo ano,

> Nós, os povos das nações unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla (ONU, 1945).

Devido à grande repercussão do holocausto, a ONU decide, então, fazer a partilha das terras palestinas, tendo em vista que, tanto os judeus quantos os árabes palestinos nas terras, dada a importância de que ambos tinham um laço histórico e religioso com aquela região.

Em 1947, a ONU, a pedido do Reino Unido, cria o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP) e elabora um plano de partilha para os árabes e para os judeus. A Figura 3 apresenta a distribuição das áreas entre as duas principais populações quando da criação do Estado de Israel.

Nessa divisão, 53% do território seria atribuído aos 700 mil judeus, território esse representado no mapa pela cor azul, e 47% aos 1 milhão e 400 mil árabes palestinos, representado no mapa pela cor marrom, e a área de Jerusalém e Belém representada pela cor branca, no meio do mapa segue sob controle internacional. Israel ficou com a maior proporção de terra mesmo tendo 30% da população. Apesar de uma boa parte de suas terras serem no deserto de Neguev que ocupa 60% do território de Israel. Ainda, a maioria do povo palestino era composto por árabes palestinos, sendo 70% da população. A proposta aprovada pela ONU envolveu a criação de dois estados, sendo que os árabes ficaram com territórios fracionados, sendo eles em Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental.e criaçãoe criaçãoe criaçãoe criaçãoe criaçãoe criação

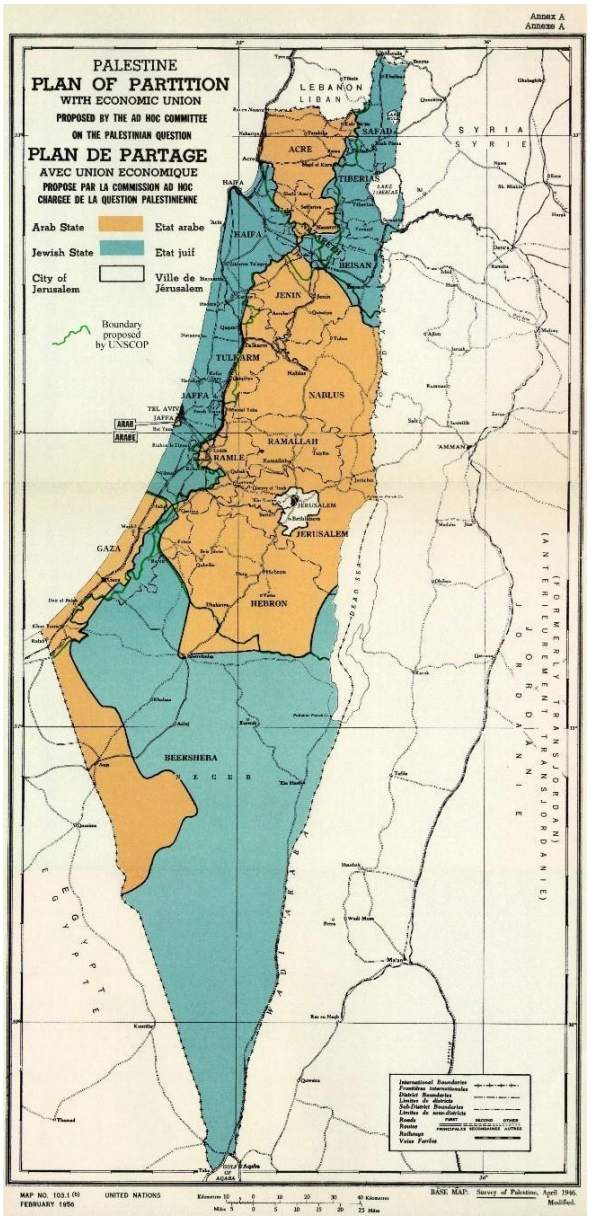

Figura 3: Mapa com a distribuição da região da Palestina e Israel feito pela ONU quando da criação do Estado de Israel
Fonte: Wikipedia (2024).
Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bd/UN_Palestine_Partition_Versions_1947.jpg. Acesso em: 27 Out 2023.

É importante ressaltar que Israel foi criado na ONU, depois de um movimento muito intenso, defendido por algumas potências da época e, colocada em votação, a partilha da Palestina que foi "aprovada por 33 votos a favor, 13 contra, 10 abstenções e uma ausência" (GOMES, 2001, p. 90). No entanto, segundo Gomes (2001) muitos dos votos a favor foram comprado por membros do movimento sionista que, durante o período de votação, distribuíram cheques em branco e vários presentes e ofertas de apoio. Arendt denominava de ilusionistas, utópicos e apolíticos, pois "vendiam" ilusões. A pesquisadora Aura Rejane

Gomes em sua dissertação de mestrado narra com detalhes os bastidores dessa aprovação (GOMES, 2001).

3.2 A RELAÇÃO DE ARENDT COM OS SIONISTAS

Hannah Arendt, filosofa alemã de origem judaica, tornou-se uma das personalidades mais destacadas do cenário político e social entre as duas guerras mundiais. Por suas convicções contrárias à perseguição sofrida pelos judeus na Alemanha nazista, ela mesma chegou a ser presa pelo regime antes de sua emigração e chegou a perder sua nacionalidade, como forma de represália. De modo muito assertivo, Hannah Arendt anuncia em seu livro que "O racismo pode destruir não só o mundo ocidental, mas toda a civilização humana" (ARENDT, 1998, p. 187). Arendt, com um pensamento complexo, especialmente para a época, tornou-se clara opositora do antissemitismo nazista e do movimento sionista, mesmo tendo participado deste movimento entre 1933 e 1948. Em seus escritos, apontava a "importância da formação de um exército judaico e a constituição de um estado federado na palestina", mas isso considerando a presença dos povos árabes, pois achava de fato, uma grande estupidez não levar isso em conta (RIBEIRO, 1989).

Apesar de Arendt fazer parte do movimento sionista, não poupava críticas à liderança judaica, conforme afirma Ribeiro (1989, p. 127).

> Desde o início de sua atuação política junto aos sionistas, Arendt nunca poupou críticas às lideranças judaicas, mas sua decepção com o desfecho da Segunda Guerra Mundial – sem a formação do exército judaico e com a constituição de um Estado Israelense que ignorava os árabes – seguramente as tornou ainda mais duras. A publicação de *Eichmann em Jerusalém*, em 1963, foi mais um episódio em que Arendt expressou sua crítica a essas lideranças. Dessa vez, contudo, a reação foi diferente das anteriores e Arendt enfrentou uma situação de hostilidade jamais vivida.

Sendo o sionismo um projeto elaborado pelos sionistas britânicos basicamente, Arendt entendia que este projeto estava distante da realidade e das aspirações do povo judeu. As manobras feitas por Herzl em nome do sionismo Arendt chamou de "crime" sionista por manipular a opinião pública.

Segundo Arendt (1998, p. 22), o sionismo foi uma consequência direta ao movimento antissemita.

> A única consequência direta e não-adulterada dos movimentos anti-semitas do século XIX não foi o nazismo mas, ao contrário, o sionismo, que, pelo menos em sua forma ideológica ocidental, assumiu o aspecto de consciente contra-ideologia, de "resposta ao" anti-semitismo. Isso não significa que a autoconsciência grupal dos judeus resultasse do anti-semitismo; até mesmo o conhecimento superficial da história judaica, cuja preocupação central, desde o exílio babilônico, sempre foi a sobrevivência do povo a despeito da dispersão, seria suficiente para destruir esse mito sobre o assunto, mito que se tornou até elegante, a ponto de vir a ser repetido nos círculos intelectuais, depois da interpretação existencialista de Sartre, segundo a qual o judeu era alguém que os outros consideravam e definiam como tal.

Arendt apontava insistentemente que é um grande erro do movimento sionista acreditar que a simples formação do Estado judeu seria a solução para o antissemitismo. Para a autora, isso seria uma mera ilusão colocada por Herzl. Sobre isso, Ribeiro (2024, p. 4) publicou que Arendt deu o seguinte alerta,

> [...] onde quer que os judeus estejam, eles deverão combater o antissemitismo ou serão exterminados em todos os lugares. Fugir para a Palestina não significava fugir para a Lua, e por isso seria necessário darem-se conta de que estavam cercados por povos árabes e se esforçarem para chegar em acordos com seus vizinhos. A política, defendia Arendt, não é o espaço do amor, mas do respeito, do diálogo e da pactuação. Contudo, as lideranças judaicas não pensaram que a Palestina fosse um território onde seria necessário fazer acordos com outros povos, mas um lugar ideal, "onde os ideais poderiam ser realizados e onde se poderia encontrar uma solução pessoal para os conflitos políticos e sociais".

Ribeiro (2024, p. 6) complementa com outro alerta de Arendt.

> Arendt alertou para o grande perigo da falta de oposição dentro do movimento sionista. Ela indicava, em 1944, que a unanimidade de opiniões era uma fachada, porque o sucesso da "commonwealth judaica livre e democrática" era a supressão de toda a discussão livre e democrática, sufocando a oposição que ainda existia no movimento. A obstrução da construção da opinião política, pautada na diferença de perspectiva, conduziria, diz Arendt, à transformação "de um povo em mais ou menos fanatizados grupos de 'crentes'".

Ribeiro (1989, p. 133) esclarece que Arendt não defendia a formação de um estado nação tal qual era proposto pelos sionistas da comunidade judaica porque, para ela, a única saída realista seria uma política que proporcionasse uma aliança entre os povos dos mediterrâneos. Para Arendt, de nada adiantaria o reconhecimento de outras nações se não tivesse reconhecido de seus vizinhos. Para isso, defendia um estado binacional na Palestina tal

qual tudo seria decidido em conselho composto por judeus e árabes, sendo assim, um regime de governo democrático, porém sua proposição a respeito do povo judeu fora desconsiderada.

Aparentemente, a percepção de Arendt sobre os sentimentos e necessidades do povo judeu sempre esteve com melhor sintonia do que com os sentimentos e pensamentos dos líderes sionistas e, o fato dela não se render aos argumentos dessas lideranças, fez com que ela se tornasse uma defensora do povo judeu e opositora ao movimento sionista. Arendt (2013, p. 7) afirma de forma convicta que os judeus não gostavam de serem chamados de refugiados e sim de recém-chegados ou imigrantes, até mesmo porque a expressão refugiado remetia a uma pessoa

> […] obrigada a procurar refúgio devido a algum ato cometido ou por tomar alguma opinião política. Bom, é verdade que tivemos que procurar refúgio; mas não cometemos nenhum ato e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical. O sentido do termo "refugiado" mudou conosco. Agora "refugiados" são aqueles de nós que chegaram à infelicidade de chegar a um novo país sem meios e tiveram que ser ajudados por comités de refugiados.

Nesse trecho Arendt (2013, p. 7) reforça que "a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical" indicando que o projeto, para o povo judeu, era um projeto em busca de viver em paz e com respeito.

Quando a ONU deliberou pela criação do Estado de Israel, com a divisão do território já descrita, os judeus "reconheceram" e concordaram com esta divisão da ONU, pois, muito os favorecia. No entanto, tendo a constituição deste Estado sido feita com base na manipulação e mentiras, muitas inventadas e patrocinadas pelo próprio movimento sionista, a fim de manipular a grande massa e que esse mesmo grupo patrocinava a produção de artigos com aparência de ciência por puro interesse político, financeiros e religiosos, não é difícil de entender o porquê da forte oposição de Arendt.

Quando a autora falava sobre um lar aos judeus, ela sempre se remetia ao respeito à existência alheia, ao reconhecimento da subjetividade do outro. Para Arendt, um lar é muito mais que um espaço geográfico, que não passa de pura materialidade, sem a abstração da experiência de lar, não se tem um lar, apenas uma casa, e é sobre a reflexão dessa experiência de lar que Arendt sempre buscou trazer ao movimento sionista. Porém, foi ignorada pelos sionistas, que se preocupavam em nada mesmo que ter uma casa, um espaço geográfico para chamar de seu, ignorando completamente a experiência de existência do outro. De forma diversa aos sionistas, Arendt pensava no acolhimento aos judeus em meio a tanto sofrimento e

repudiava as ações dos sionistas que se aproveitaram do sofrimento de seu povo para atingir seus próprios interesses.

3.3 A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL A PARTIR DA PALESTINA

Desde seus primórdios, o movimento sionista, agindo com total *expertise*, comprou de mais que 42% das propriedades da Palestina para a criação de assentamentos aos judeus, visando já a aliança com potências imperialistas, planejaram que as terras fossem passadas para domínio público judeu, assim que terminasse o mandato britânico na Palestina. Frente a isso, os árabes palestinos se direcionaram aos tutores da palestina, os britânicos, e se colocaram como oposição ao tipo de política que estavam fazendo e, por sua vez, fizeram diversas campanhas anti-britânicas e antissionistas, até mesmo porque ficou muito claro que haviam sidos enganados e que os britânicos serviam os interesses dos sionistas. Dado esse histórico, passaram a ter crescentes confrontos armados entre árabes e judeus sendo necessária a intervenção da Comissão Peel, liderada pelo Lord William Robert Peel, que propôs a divisão do território da palestina conforme exposto na Figura 4 (SECRETARY OF STATE FOR THE COLONIES, 1937).

Fora proposto pela comissão Peel que 75% do território fosse dos árabes e os outros 17% do território fossem para os judeus e 8% do território ficasse sob domínio dos britânicos. Além disso, a comissão sugeriu que fosse feita a realocação tanto da população quanto das terras. Essa proposta da comissão do Lord Peel não foi aceita pelos sionistas nem pelos árabes palestinos, porém, foram os palestinos que tomaram frente à opinião a respeito dessa sugestão, alegando que estavam comprometidos a estabelecer o Estado Árabe em toda a Palestina, sem ceder áreas, que eram suas por direito, às potências imperialistas europeias. Já os ingleses, aprovaram a proposta feita pelo Lord Peel, porém, como não houve concordância, nenhuma sequência fora dada para esse projeto.

Com a recorrência de ataques terroristas feitos por paramilitares sionistas, os britânicos levaram a situação da Palestina para a nova potência global (EUA) a fim de que fosse resolvida as questões. Sem condições de cuidar dos judeus no pós-holocausto e lidar com a guerra entre os sionistas e os árabes, o Estados Unidos encaminharam para a ONU um plano de partilha das terras da palestina e cuidaram para que o plano de partilha fosse votado de modo favorável pela maioria. A página LavraPalavra (2020) ainda nos informa que

Meses após a retirada das tropas britânicas de solo palestino, ainda sob o processo de transição previsto pela Organização das Nações Unidas (ONU), Israel, liderada por Ben Gurion, declara independência, ignorando as determinações da Partilha – tanto quanto os árabes, que negavam a legitimidade da ocupação -, consolidando sua mais nova aliança, desta vez com os Estados Unidos da América.

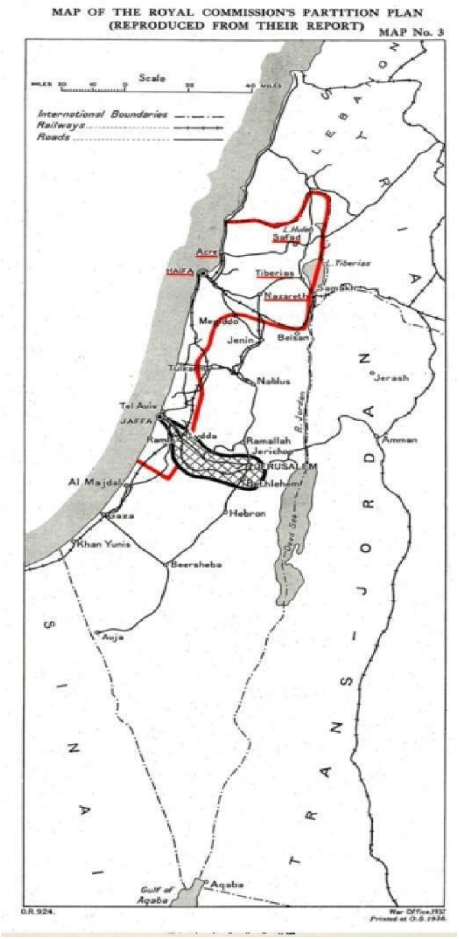

Figura 4: Plano de Partição da Comissão Peel, julho de 1937
Nota: As áreas delimitadas pela linha vermelha faziam parte do estado judeu proposto. A linha preta com área hachurada representa um "enclave" (ou "corredor") que foi proposto como zona internacional para permanecer sob controle e administração britânica, em reconhecimento da importância religiosa e histórica de Jerusalém para cristãos, judeus e muçulmanos.
Fonte: Wikipedia (2024).
Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Peel Acesso em: 25 Out 2023.

Devido à grande repercussão do holocausto e os esforços do EUA, a ONU decide então fazer a partilha das terras palestinas, tendo em vista que tanto os judeus quantos os árabes palestinos reivindicavam um lar nas terras, dada a importância de que ambos tinham um laço histórico e religioso com aquela região. Assim, em outubro de 1945, a ONU determinou a divisão do território da Palestina tradicional para acomodar dois Estados, Israel e Palestina.

Quando a ONU fez o projeto de repartição, ela parte do pressuposto do número populacional residentes nos locais. Por exemplo, uma região com maior proporção populacional de palestinos ficaria com os palestinos e vice-versa. Assim, como a maior parte da população na faixa de Gaza, as regiões da Cisjordânia e Jerusalém Oriental eram de árabes palestinos, essas regiões ficariam com eles.

No capítulo I, parte II da carta, a ONU (2007) deixa claro que um de seus propósitos é "Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal". No entanto, neste processo, a ONU criou um país dentro de outro país. Gomes (2021, p. 78) acresce que a situação de refugiados do holocausto justificava, segundo os sionistas, que a imigração para a Palestina fosse liberada. Porém, a Grã-bretanha e os EUA não concordaram e, ainda segundo Gomes (2021, p. 76) afirma que,

> Roosevelt defendia pessoalmente que todos os países deviam diminuir suas barreiras à imigração para receber os refugiados. Enviou Morris Ernest à Londres para propor que o governo britânico recebesse em seu território 100.000 refugiados, alegando que se os britânicos dessem o exemplo, outras nações, inclusive os EUA fariam o mesmo. Como Churchill respondeu positivamente, Roosevelt iniciou conversações para a implantação desse programa, mas descobriu rapidamente que as lideranças sionistas se opunham energicamente ao plano, e para não ter de enfrentar suas pesadas pressões, desistiu de realizá-lo.

Gomes (2021, p. 77-78) ainda descreve a determinação do movimento sionista focados em angariar fundos e aumentar a população de judeus na Palestina para a então constituição do estado de Israel, com a argumentação de que só podiam se reerguer naquelas terras, devido às fragilidades do povo judeu. Essa estratégia se mostrou eficaz, pois, em 1948, quando Israel se declarou um país independente, já havia comprado cerca de 60% do território com o FNJ.

Segundo Gresh (2015), a Unscop (*United Nations Special Committee on Palestine* - Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina), era uma Comissão da ONU que reunia, em 1947, representantes de doze países para discutir especificamente a questão palestina. Essa comissão, foi alvo de ferramentas de espionagem com a instalação microfones escondidos na sala da Agência Judaica junto aos representantes da Unscop, a fim de saber a posição de todos os representantes (GRESH, 2015). Esses métodos demonstram como a comissão judaica tentou impor seus planos para a Palestina mas, mesmo assim, essa comissão se prontificou a ouvir também a minoria favorável a um estado judaico-árabe (GRESH, 2015,

p. 28-29). As razões para a Unscorp aprovarem a partilha da Palestina foram três: a tragédia dos refugiados “clandestinos”; o sucesso da colonização; a visita aos campos de morte do nazismo.

Gresh (2015) apresenta a importante reflexão de que Israel seria criada de qualquer forma, independente da votação feita na ONU, porém, precisavam dessa votação favorável a terem dois povos e dois estados para que, assim, se cumprisse de forma legal o projeto sionista. No entanto, países favoráveis aceitaram a aprovação de imediato (ex. Grã-Bretanha que logo põe fim ao seu mandato) porém os vizinhos regionais (Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque da Liga Árabe) se opuseram abertamente à proposta e não reconheceram o novo estado Israel. A Liga dos Estados Árabes, organização fundada em 1945, para estimular o desenvolvimento e mediar conflitos entre seus membros, emitiu uma declaração em oito itens, que expressa seu inconformismo com a criação do Estado de Israel e a forma como foi criado (JEWISH VIRTUAL LIBRARY, 1948).

Fica evidente que, para as nações da Liga dos Estados Árabes, a criação de Israel na região era um fator de preocupação e inquietação dos vizinhos. Tendo em vista as quebras de acordos como O Livro Branco e o favorecimento, por influência do movimento sionista, da ONU, no que diz respeito à constituição do estado de Israel, alguns países que se opuseram à criação de Israel decidiram reagir de forma violenta com a guerra árabe-israelense de 1948 a 1949. Israel venceu essa guerra e acabou avançando e se apropriando de ainda mais territórios do que os que possuía com a partilha feita pela ONU, fazendo com que os árabes palestinos que ali habitavam vivessem na condição de refugiados e sujeitos à discriminação. Além disso, ocupou parte ocidental de Jerusalém e fez dela a sua capital. Os estados árabes vizinhos foram reduzidos pela metade, o Egito ficou com a faixa de Gaza e os palestinos com a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. A Figura 5 apresenta as novas divisões da região após esta guerra. Esta guerra deu origem (ou oportunidade) para que o recém-criado estado de Israel se comportasse como um estado colonialista que invade e toma posse de parcelas de território dos vizinhos sob diversos argumentos.

Figura 5: Mapa com a distribuição dos territórios após a guerra Árabe-Israel de 1948
Fonte: BBC Brasil (2016).
Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv24n2d7dv3o_Acesso em: 27 Jan 2024.

Segundo Ribeiro (2021) Arendt não se equivocou em um artigo escrito em março de 1945 ao Jornal Aufbau, quando afirmou "um lar em que meu vizinho não reconheça e respeita não é um lar. Um lar nacional judaico que não seja reconhecido e respeitado pelos povos vizinhos não é um lar, mas uma ilusão – até que se torne um campo de batalha".

O termo lar pode ter várias etimologias e significados. Para Bosco (2017) a etimologia do conceito lar "designava, antes de tudo, o espírito tutelar a quem incumbia proteger a casa (e a cidade, as ruas etc.). Entre os etruscos e os antigos romanos, 'lares' eram deuses domésticos, protetores da família e da casa". Já no século XV e XVI, remetia à cozinha, o lugar onde as pessoas se reuniam, construíam memórias e se supriam, daí vem a conotação lareira. Com o passar do tempo, a palavra lar passou a ser casa habitada por um todo e, mais a diante, passou a ter conotação de proteção, não apenas material como também psicológica e emocional. Nesse processo, o termo lar passou a ser uma abstração, muito mais que uma casa que nos protege das ações do tempo, mas principalmente um espaço humanizado onde o sujeito constrói memórias. Koseleck (2006, p X) propõe que os conceitos não são meras abstrações, mas que estariam enraizadas em contextos históricos e sociais que moldam seu significado ao longo do tempo. Assim, o "lar" se transforma de um espaço físico em uma construção simbólica que encapsula memórias, afetos e identidades, refletindo as mudanças na experiência humana. "Os conceitos históricos são moldados pelas circunstâncias e pelas experiências de diferentes períodos, sendo reestruturados conforme as expectativas e transformações sociais" (KOSELLECK, 2006, p. xx).

Com essa reflexão conclui-se que, ter uma casa não é garantia que se tenha um lar porque, para se ter um lar, é preciso respeito e reconhecimento do sujeito e sua subjetividade, do outro e sua subjetividade, pois só assim, é possível dedicar-se aos afetos, convivência e até mesmo o trabalho. Chegamos nisso ao conceito de Arendt que, quando fala sobre um lar aos judeus, ela remete ao respeito a existência alheia, ao reconhecimento da subjetividade do outro. Para Arendt, um lar é muito mais que um espaço geográfico, que não passa de pura materialidade, sem a abstração da experiência de lar; não se tem um lar, apenas uma casa, e é sobre a reflexão dessa experiência de lar que Arendt tenta esclarecer, porém foi ignorada pelos sionistas. Contrário à expectativa dos sionistas, Arendt pensava no acolhimento aos judeus em meio a tanto sofrimento e repudiava as ações dos sionistas que se aproveitaram do sofrimento de seu povo para atingir seus próprios interesses. Isso mostra como Hannah Arendt, judia de nascimento e alemã expulsa de seu país de nascimento, estava certa quando apontou que o plano sionista sobre um "lar", que para eles significava a criação de um Estado-nação judeu que trazia a ideia de soberania nacional e do controle territorial, especialmente em relação à Palestina. Conforme cita Herzl (2006, p 28) "A questão dos judeus é uma questão nacional. Queremos assegurar-nos o reconhecimento desta questão nacional e o estabelecimento de um Estado para o nosso povo".

Diferente Herzl, para Arendt (2007, p. 343) um verdadeiro "lar" só poderia ser construído em cooperação com outras populações, evitando o exclusivismo nacionalista. No ensaio "Zionism Reconsidered" (2007, p 343), Arendt argumenta

> Um lar nacional judaico que seja criado em cooperação com os árabes e outros habitantes da Palestina, baseado em direitos iguais e entendimento mútuo, é a única maneira de evitar um estado nacionalista que traria inevitavelmente conflito e a negação da coexistência.) [tradução feita pelo autor].

Porém, aos judeus não passava de pura ilusão se este lar não fosse construído em outras bases.

Hannah Arendt, por suas opiniões claras e independentes, acabou por encontrar oposição nos dois lados, sionistas e antissemitas. No entanto, revendo seus textos, observamos quão lúcidas e consistentes são suas ideias que a tornaram uma das principais mentes a tratar do tema.

3.4 OS REFLEXOS DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL NO SÉCULO XXI E AS IDEIAS DE ARENDT

A gestão política e de diplomacia do Estado de Israel nas últimas décadas, longe de indicar o pensamento da totalidade dos judeus, tem refletido muito mais os pensamentos dos sionistas tradicionais do que as ideias de Arendt.

O Estado de Israel, criado a partir das negociações descritas neste trabalho, especialmente com potências europeias (Reino Unido e França) e EUA tem demonstrado um perfil expansionista evidente. A Figura 6 expõe uma representação dessa expansão.

Figura 6: Representação esquemática da ocupação do Estado de Israel antes de sua criação, após a resolução da ONU, após a Guerra dos Seis Dias e no ano de 2011
Fonte: Instituto Humanitas UNISINOS (2022).
Diponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/619424-a-ocupacao-como-fator-por-tras-da-violencia-entre-israelenses-e-palestinos Acesso em: xx mês 2024.

Esta expansão se deu através de guerras (exemplo a Guerra dos Seis Dias), mas, principalmente, com um conjunto de leis muito duras sobre a população palestina. Assim, áreas destinadas à população palestina pela declaração da ONU foram rotineira e consistentemente ocupadas por colonos judeus e as propriedades dos palestinos sempre podem ser confiscadas, dentre outras leis. Essa legislação tornou, ao longo das décadas, a população palestina como uma refugiada em seu território, pois, de início, embora a resolução da ONU tratava de dois Estados, apenas o israelense foi implantado e reconhecido pelas potencias mundiais.

A maior oportunidade de se alcançar uma solução para o problema foi o que ficou conhecido como Acordo de Oslo, em 1993. Nessa tentativa, dois líderes, de Israel Yitzhak Rabin e da Autoridade Palestina Yasser Arafat, assinaram, com as bênçãos dos EUA, um acordo que previa, ao longo de cinco anos, mudanças profundas, especialmente na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Esses personagens chegaram a ganhar o Prêmio Nobel da Paz, em 1994. No entanto, o Estado de Israel não cumpriu parte importante do acordo, principalmente após 1995, quando Rabin foi assassinado por um extremista de direita, Yigal Amir, que se opunha ao Acordo de Oslo.

Desde então os conflitos têm recrudescido. Vale relembrar que, no livro O Estado Judeu, Herzl (2015, p. 6) afirma "como Estado neutro, manteríamos relações com toda a Europa que, por sua vez, teria de garantir nossa existência". De fato, é o que se observa, potências europeias e, principalmente, os EUA sempre apoiando, principalmente, militarmente e na política internacional (especialmente ONU).

Os conflitos mais recentes entre Israel e o grupo palestino Hamas escalou muito nos últimos anos. Em 2005, primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, propôs e aprovou a "Lei de Implementação do Plano de Retirada" e a retirada de Israel da Faixa de Gaza e de quatro colônias na Cisjordânia (BBC BRASIL, 2005). Essa proposta era base de negociação para pôr fim à expansão de território sobre a área palestina.

Logo após o início da retirada de Israel da Faixa de Gaza, o grupo palestino Hamas assumiu o controle da região por meio da eleição de 2006 e, logo após, por uma guerra civil contra o grupo também palestino Fatah, em 2007 (BBC BRASIL, 2013). O controle da Faixa de Gaza pelo Hamas acabou por gerar forte reação dos vizinhos (Israel e Egito). Assim, houve um bloqueio econômico israelense e egípcio o que acirrou a miséria na região e, como consequência, a tensão e as dificuldades humanitárias (REUTERS, 2023).

Nos anos subsequentes ocorreram diversas agressões e revides de parte a parte. Alguns exemplos foram em 2008, ataques de Israel na Faixa de Gaza após ataques de foguetes do Hamas (PORTAL G1, 2009). Em 2012, houve um novo conflito, agora após Israel matar o chefe do estado-maior militar do Hamas, Ahmad Jabari (O GLOBO, 2012).

O mesmo conflito e revide seguiu acontecendo nos anos seguintes e culminou na explosão do conflito, em 2023. O ingresso violento de policiais israelenses à Mesquita de Al-Aqsa (local considerado sagrado para os muçulmanos), que consideraram este ato uma profanação (BBC BRASIL, 2023b). Como retaliação, em 7 de outubro, o Hamas ataca cidades israelenses, fazem mortos e sequestros. Segundo líderes do Hamas (como o

comandante das Brigadas Izz ad-Din al-Qassam, Mohammed Deif) o ataque do Hamas é uma resposta à ocupação de Israel na terra palestina, à profanação da mesquita de Al-Aqsa e aos milhares de prisioneiros palestinos detidos por Israel (ZERO HORA, 2024). A partir deste ponto, o conflito assume contorno maior e mais perigoso para a Paz mundial.

Desde a explosão do conflito, o tema tem sido abordado na impressa brasileira, de forma, muitas vezes, superficial, quase analítica do ponto de vista da história do conflito. Buscamos algumas notícias na imprensa e regional para analisar o contexto do texto no espaço, tempo, além de intenções editoriais e, claro, comparar com as ideias e abordagens de Hannah Arendt.

Uma matéria, mesmo que num órgão regional, deveria buscar, além de registrar os fatos, também registrar os eventos históricos precedentes e compreender os discursos implícitos. Só assim, poderia exercer seu papel social de informar e auxiliar na formação de opinião consolidada em fatos.

Um dos órgãos observado foi a Rádio Difusora, órgão de imprensa na região de Marechal Candido Rondon, cujo perfil socioeconômico e político pode ser descrito como agronegócio e na vertente da direita, respectivamente. Em 1994, Alcides Waldow (empresário local) e Dilceu Sperafico (proprietário do Grupo Cerealístico de Toledo e deputado federal pelo PP) assumiram a propriedade da emissora. A Rádio Difusora é vista como a espinha dorsal do bloco político composto pelo PMDB/PP. Neste veículo, logo nos primeiros dias do conflito, foram publicadas matérias no site, mas as matérias do assunto deixaram de ser publicadas.

Em 10 de outubro de 2023 (DIFUSORA, 2023a), foi publicada matéria que informa o planejamento do governo brasileiro de repatriar 900 brasileiros de Israel e Palestina, entre os dias 10 e 14 de outubro, devido ao conflito. O texto também menciona o plano de evacuação para brasileiros na Faixa de Gaza e a situação crítica na região, com mais de 1.500 mortos desde o início dos ataques. Este artigo deveria ser lido como um reflexo das relações internacionais do país e o desejo de legitimar a prioridade dessa política nas ações humanitárias. No entanto, reproduzem uma visão institucional simplista e rasa, sem aprofundar as causas históricas ou o contexto mais amplo do conflito.

Logo no dia 11 de outubro de 2023, a abordagem da matéria perde o foco no atentado e suas consequências e traça as interconexões entre a economia global e conflitos regionais (DIFUSORA, 2023b). Ainda que a participação do Oriente Médio nas exportações do agronegócio brasileiro seja pequena (0,2%), a dependência de fertilizantes e adubos

levanta questões sobre a vulnerabilidade do Brasil diante da instabilidade no fornecimento de insumos agrícolas. Essa notícia poderia ser utilizada para discutir a integração do Brasil na economia global e como conflitos em regiões distantes podem ter repercussões internas, tanto econômicas quanto políticas. No entanto, afasta o público leitor das origens e razões do conflito. Outro veículo que também abordou o conflito sob esta ótica foi o jornal O Presente (2023).

No mesmo período, matérias publicadas nesse mesmo portal focam na perda de vidas humanas brasileiras, como na matéria de 13 de outubro de 2023 (DIFUSORA, 2023c). Nela, novamente, a informação do encontro de mais uma vítima brasileira do ataque feito pelo Hamas é colocada de forma descontextualizar, sem nenhuma abordagem das causas históricas.

Após quatro meses, nova notícia é publicada, em 22 de fevereiro de 2024 (DIFUSORA, 2024), o que pode ajudar a entender dinâmicas políticas mais amplas, como a ascensão de movimentos de oposição a Lula, a divisão entre as alianças governamentais e a instrumentalização do *impeachment* como ferramenta política no Brasil. Nessa matéria a proposta de *impeachment* do presidente Lula é explorada como parte de um processo contínuo de instabilidade política, e a menção a ex-ministros do governo Bolsonaro sugere a continuidade de um projeto político conservador que busca desestabilizar a administração de Lula. Além disso, a cobertura permite investigar o papel que discursos políticos polêmicos. A base dessa matéria é a fala do presidente que faz a menção de que o ataque de Israel seria um genocídio. Nessa matéria, embora seja evidente o foco na política local, percebe-se, claramente, que a direção editorial é favorável ao lado sionista no conflito Israel-Palestina, não aceitando críticas na atuação das forças armadas de Israel.

É crucial destacar o papel da mídia como mediadora dos eventos e as possíveis omissões ou ênfases na construção da narrativa jornalística. A reportagem Difusora (2024), apesar de fornecer espaço para opiniões técnicas e jurídicas divergentes, não se compromete com a imparcialidade e demonstra claro alinhamento político. Nessa amostragem, em momento algum as razões do conflito, suas bases históricas e filosóficas e, principalmente, suas consequências foram abordadas.

Essas matérias, de um modo geral, apresentam uma contextualização desfocada, tratando o conflito de forma isolada sem esclarecer ao público.

No Portal Rondon, várias notícias foram veiculadas no período do atentado e início do conflito. Em 7 de outubro de 2023 (PORTAL RONDON, 2023a), traz uma análise de

dados e estatísticas sobre mortes em ambos os lados ajuda a entender a gravidade da situação, mas a ausência de uma análise mais profunda sobre as causas do conflito pode levar a uma visão distorcida da realidade. A reportagem busca informar sobre os eventos recentes de maneira direta e factual, mas a escolha de palavras e o enfoque na contagem de corpos podem reforçar narrativas numa perspectiva específica, influenciando a percepção do leitor sobre a legitimidade das ações de Israel e do Hamas.

Chama a atenção que no mesmo dia publica-se outra matéria (PORTAL RONDON, 2023b) em que se destaca o pedido do Papa e outras personalidades em prol de ações de cunho humanitário. A condenação da violência, sem análise prévia da situação regional pode gerar um viés interpretativo de que a violência começou no ataque do Hamas. Um personagem de enorme carisma e sua oração pela paz pode direcionar o leitor a ver a situação sob uma lente moral e espiritual, promovendo uma visão de que a solução reside na paz e na oração, em vez de abordar diretamente as questões políticas subjacentes.

No dia 11 de outubro de 2023 é publicada a notícia da repatriação dos brasileiros na região (PORTAL RONDON, 2023c). Apesar da situação do conflito israelo-palestino envolver muita complexidade, o foco da reportagem trata das repercussões sobre cidadãos brasileiros. Uma cobertura midiática de eventos complexos como a repatriação de cidadãos em situações de conflito deve ser feita com cuidado. É essencial considerar as múltiplas narrativas, o papel das fontes e as relações de poder que influenciam a construção da informação, contribuindo para uma compreensão mais profunda do fenômeno em questão ou não.

Em 17 de outubro de 2023 o Portal Rondon (2023d) traz a fala do presidente Lula sobre as consequências trágicas do conflito entre Israel e Hamas, enfatizando a mortalidade de crianças e civis. Apesar das declarações de Lula criticarem tanto as ações do Hamas quanto as respostas de Israel, é significativo, apesar do equilíbrio nas críticas, o uso de termos como “irracionalidade” e “insanidade”. Trata-se de um apelo emocional, buscando gerar empatia e reflexão sobre a dor das vítimas inocentes do ataque de outubro de 2023. Essa retórica pode ser analisada em relação a discursos políticos históricos que visam humanizar a tragédia e mobilizar apoio por soluções pacíficas.

A notícia de 31 de julho de 2024 (PORTAL RONDON, 2024a), relata as tensões regionais que surgem após a suposta morte de Ismail Haniyeh, chefe do Hamas. O texto, com base em declarações de autoridades apresenta primeiro a promessa de vingança do Irã, seguida pelas reações de Israel e de outras nações, como Egito e Turquia. Essa organização

permite ao leitor entender rapidamente a escalada da tensão e as implicações internacionais do evento. Essa matéria permite uma compreensão mais clara das interações entre política, violência e narrativa midiática, essenciais para entender os conflitos contemporâneos, porém parte de um ponto muito distante da origem histórica do conflito.

Na última notícia analisada no Portal Rondon[1] (2024b), informa-se a importante decisão da Assembleia Geral da ONU sobre a ocupação israelense dos territórios palestinos exigindo que "Israel desocupe territórios palestinos em 12 meses". A notícia menciona a votação da Assembleia Geral da ONU, incluindo detalhes sobre os votos favoráveis, contrários e abstenções, o que dá uma noção clara do apoio e da resistência internacional à posição israelense. O apoio de países como o Brasil e a oposição dos EUA e de Israel são especialmente significativos. Considerando que essa resolução da Assembleia Geral da ONU, sobre a ocupação israelense dos territórios palestinos, representa um momento importante na diplomacia internacional, ilustra-se muito bem como a narrativa midiática e as decisões políticas se entrelaçam em um contexto de conflito prolongado, ressaltando a necessidade de uma solução pacífica e justa para todas as partes envolvidas.

Essa análise demonstra que, após um ano do atentado e iniciada um conflito de grandes proporções a imprensa analisada não esclareceu o leitor das razões históricas do conflito e, quando se posicionou, posicionou-se a favor dos interesses do Estado de Israel. As ideias humanistas de Arendt raramente são vistas na mídia.

Nesse cenário, podemos observar como as ideias de Hannah Arendt podem ou poderiam ser aplicadas.

1. Crítica ao nacionalismo: Hannah Arendt era uma crítica muito contundente ao nacionalismo extremado, pois ela via nisso uma força muito perigosa. Quando ela defendeu que o estado palestino fosse considerado, o erro de vir a colonizar uma terra sem observar os direitos das pessoas que lá viviam, ela trazia uma luz de sensatez sobre a questão do nacionalismo judeu e árabe. Nesse contexto, as ideias de Arendt continuam relevantes à medida que o conflito palestino-israelense trata essencialmente da identidade nacional como um elemento central na disputa por terra e poder.
2. A necessidade de uma solução binacional: Arendt defendia a ideia de um Estado binacional, onde judeus e palestinos pudessem coexistir em igualdade de condições e direitos. Essa proposta, que não era apenas de Arendt, era muito

[1] Site de notícias que cobre diversos temas relacionados à cidade de Marechal Cândido Rondon e região

controversa desde aquela época, continua a ser discutida por alguns, como uma possível saída para o impasse atual. Porém, quanto mais o conflito escala, mais distante parece ficar esta solução.

3. O perigo do totalitarismo: Arendt era uma filósofa que teve uma vida muito marcada pelo convívio e perseguição do totalitarismo nazista. Por isso, sempre alertou para os perigos de regimes autoritários e a importância da liberdade e o respeito individual. Este pensamento de Arendt está muito vivo nos conflitos gerados pela criação do Estado de Israel, mas, especialmente, pela política interna e externa implementada nesta nação. O surgimento do Estado de Israel e seus desafios internos tornam relevante entender os riscos de um nacionalismo exacerbado e a necessidade de instituições democráticas e humanitárias fortes.
4. A questão dos refugiados: Arendt que viveu boa parte de sua vida como refugiada tendo, inclusive, escrito o texto Nós, os Refugiados (publicado em 1943 no jornal The Menorah Journal e republicado em outras obras sobre a autora). Essa experiência a tornou extremamente sensível a condição dos refugiados palestinos que era uma preocupação constante para Arendt. Ela entendia que a criação de um Estado judeu sem uma solução justa para os refugiados palestinos seria uma fonte de conflito permanente, o que condenaria o povo judeu a viver em conflitos e guerras e não em Paz.
5. Banalidade do mal: Hannah Arendt, analisando especialmente o comportamento dos alemães nazistas e suas práticas, a autora cria a expressão “A Banalidade do Mal”, no livro Eichmann em Jerusalém (ARENDT, 2003). O longo período de conflitos e violências, transpassando por gerações, representa uma transposição dessa ideia para os dias atuais.

V CONCLUSÕES

O texto aprofunda a compreensão do conceito de nação sob a lente de Hannah Arendt e investiga as implicações das ideias da autora na interpretação da evolução da inserção do povo judeu na sociedade até a constituição do Estado de Israel, claro, sempre considerando o momento histórico em que a pensadora viveu e escreveu.

Arendt analisa o caso dos judeus como exemplo para ilustrar como a identidade nacional foi negada e como os judeus foram historicamente marginalizados e perseguidos por não se encaixarem nos moldes de uma nação homogênea. No entanto, destaca também o comportamento histórico de não permitir que fosse, de fato incorporado, nas nações onde viviam. Assim, a origem do isolamento do povo judeu nasceria nele mesmo. Posto isso, mostra que este comportamento explica, em parte, esse isolamento, mas de modo algum justifica a marginalização e perseguição.

O Colonialismo era caracterizado pela dominação territorial, cultural e econômica de um país sobre outro, com o objetivo de expandir fronteiras e aumentar o poder. O Imperialismo, por outro lado, priorizava o controle econômico e financeiro, expandindo a influência sobre outras nações sem, necessariamente, ocupar seus territórios. Em ambos, os judeus se colocavam como financiadores e parceiros em projetos que demandavam financiamento, o que lhes dava um papel social de destaque. Assim, nas mudanças na estrutura social (de colonialismo ao imperialismo), os judeus se ajustaram a nova, mantendo-se sempre numa situação de algum destaque.

Vale destacar que o imperialismo aprofundou desigualdades sociais e conflitos em escala global e o seu fim não significou o fim da desigualdade e da exploração.

Nesse cenário, surgia o nacionalismo e a revolução industrial trazendo novo padrão de organização social e de poder. A ascensão do nacionalismo forneceu um discurso unificador e mobilizador para as massas, o que legitimava as ações imperialistas. O racismo, nesse contexto, foi utilizado como ferramenta para justificar a dominação e a exploração de outros povos. Além disso, na revolução industrial, o papel social dos judeus (e de suas fortunas) deixou de ser central e, a partir daí, o isolamento, anteriormente tolerado, caminhou rapidamente para o preconceito e a perseguição.

A combinação de imperialismo, nacionalismo e uma burguesia com aspirações sem limites criou as condições para o surgimento de regimes totalitários, como o nazismo. Esses regimes se apropriaram dos discursos nacionalistas e racistas, utilizando-os para manipular as

massas e consolidar o poder. O Antissemitismo surge, então, como ferramenta política para mobilizar massas e consolidar o poder desses regimes totalitários. Assim, a propaganda e a disseminação de ódio construíram uma identidade nacional excludente em relação aos cidadãos judeus. Esse nacionalismo exacerbado e a busca por uma homogeneidade nacional levaram à perseguição e ao extermínio de milhões de judeus durante o Holocausto, fato que não foi único na história humana, mas, certamente, foi o evento de genocídio mais registrado e divulgado. Assim, ficou evidente neste estudo que é essencial para uma análise mais profunda, considerar os conceitos em seu contexto histórico, a fim de compreender as suas nuances e implicações.

O sionismo surge como movimento que buscava a criação de um Estado judeu. Embora houvesse algumas opções, a escolha da Palestina foi, desde o início, uma escolha que envolveria a costura de alianças com potências europeias, especialmente da Grã-Bretanha. Assim, a escolha transpareceu que buscou manter o tipo de relação dos líderes judeus com os donos de poder da época (com os reis no colonialismo e imperialismo, mas, dessa vez seria com Estados - governo inglês, francês e norte americano).

Nesse ponto, Arendt se distancia da pauta sionista, pois defendia que esse processo deveria se dar com reais relações com os vizinhos na Palestina mais do que com essas potências imperialistas.

A divulgação e implementação do Estado pode-se dizer que foi um processo de ocupação da região, sob as bênçãos de potencias globais, desconsiderando sempre os povos que lá viviam há séculos, fato que Arendt denunciava.

Em resumo, as ideias de Hannah Arendt sobre o conflito Israel-Palestina continuam a ser relevantes, porque oferecem uma análise profunda e complexa de um problema que persiste há décadas. Ao compreender as raízes históricas e as dinâmicas políticas do conflito, podemos constatar que as ideias de Hanah Arendt, além de atuais, devem ser consideradas para o futuro.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Fernando. **A diáspora judaica, o anti-semitismo e o sionismo**. 2003. Disponível em: https://janusonline.pt/a-diaspora-judaica-o-anti-semitismo-e-o-sionismo. Acesso em: 05 out. 2014.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. 3. reimpressão. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém:** o relatório sobre a banalidade do mal. 1964. Tradução de José R. Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ARENDT, Hannah. **Sionismo Reconsiderado**. The Jewish Writings. Nova York: Schocken Books, 2007. 640p.

ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013. 20 p.

BBC BRASIL. Israel declara fim dos 38 anos de ocupação da Faixa de Gaza. **BBC Brasil**, 11 setembro 2005. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/09/050911_gazaml. Acesso em: 22 out. 2024.

BBC BRASIL. Como surgiu rivalidade entre Hamas e Fatah e como ela afeta a causa palestina. **BBC Brasil**, 17 outubro 2023a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c845d489kdyo. Acesso em: 22 out. 2024.

BBC BRASIL. Por que a mesquita de Al-Aqsa em Jerusalém é foco histórico de tensão entre judeus e muçulmanos. **BBC Brasil**, 8 abril, 2023b. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84mv7rj1deo. Acesso em: 22 out. 2024.

BOBBIO, N. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998. 1330 p.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 4ª ed. Editora Brasiliense, 1993, 144p.

BUGIATO, Caio M. Teoria do imperialismo: John Hobson. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 2, p. 126-139, 2007. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/171/157 Acesso em: 18 out. 2024.

COSTA, Raquel Cunha; SOUZA, Maurício Rodrigues. O Antissemitismo Fatal. Uma análise do livro nazista O Cogumelo Venenoso à luz da teoria crítica. **Revista Poder & Cultura**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 2021., pp 83-106.

DEPARTAMENTO DE ESTADO, 1946. **Anglo-American Committee of Inquiry**. Report to the United States Government and His Majesty's Government in the United Kingdom.

Appendix IV Palestine: Historical Background. Lausanne, Swichland. Publicado em Yale, Law, School, Palestine: Historical Background Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/angap04.asp Acesso em: 25 jan. 2024.

DIZEU Liliane CTB; CAPORALI Sueli A. A língua de sinais constituindo O surdo como sujeito. **Educ. Soc**., Campinas, v. 26, n. 91, 2005, p. 583-597.

FERRO, Marc, 1924 **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. A história dos dominados em todo o mundo. São Paulo, IBRASA, 308p.

FREDRIKSEN, Paula. Everywhere at home. **The New Republic**, July 8 & 15, 2002, p. 37-41.

GATTÁZ, André. **A Guerra Palestina**: Da criação do Estado de Israel à Nova Intifada. São Paulo: Usina do Livro, 2002.

GILBERT, Martin. **História de Israel**. São Paulo, Edições 70, 2010, 850p.

GOMES, Aura R. **A questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade de São Paulo.

GRESH, Allan. **Israel, Palestina**: Verdades sobre um conflito. Porto: Campo das Letras. Ed., 2015, 62p.

HERZL, Theodor. **O Estado Judeu**. Tradução: Dagoberto Mensch, Consulado Geral de Israel em São Paulo, New York, 2015, 414p.

HOBSON, John Atkinson. **Imperialism**. A study. 1902. Disponível em: https:// files.libertyfund.org/files/127/0052_Bk.pdf Acesso em: 25 agosto 2024.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos impérios**: 1875-1914. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2005. 551p.

KNEL, Yolande. Declaração Balfour, as 67 palavras que há 100 anos mudaram a história do Oriente Médio. **BBC News Brasil**, 2017. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/geral-41842505. Acesso em: 25 jan. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Trad: Markus Hediger, Rio de Janeiro, Contraponto Ed, 2020, 560p.

LAVRAPALAVRA, 2020. As origens britânicas do Estado de Israel: o sionismo e as disputas imperialistas no Oriente Médio. **Lavrapalavra**, 20 jan. 2020. Disponível em: https:// lavrapalavra.com/2020/01/20/as-origens-britanicas-do-estado-de-israel-o-sionismo-e-as-disputas-imperialistas-no-oriente-medio/ Acesso em: 25 jan. 2024.

MAS, Antoni Segura i. Del Acuerdo Sykes-Picot al Estado Islámico. **Política Exterior** Maio / Junho, 2016 Disponível em: https:// d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/49220530/Del_Acuerdo_Sykes-Picot_al_Estado_Islamico._Publicat-libre.pdf?1475178916=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDel_Acuerdo_Sykes_Picot_al_Estado_Islami.pdf&Expires=1727991985&Signature=PH3CNF5bqCSDNGwSCQa0-ELLJVK5ekqsEOz-Rjtd04RzEgvudroiu~T~v6Ib3jFBj9fzsK3DSARwkcG0-qD-iywZMQmVxMWoAJ1ggQ1qi9UnQsZKW4YtYtBpLom7oUnTE26uAjuIziG8LdQLKibPYq6zZATjss~9kanPJcY8wTemqnMpE1OcgqYoYKJAwRhVr2dlel2tTlLxawRN7eVASyhw8AfCstKYnoO4JgGw6aNUVsKoy9E4Q9X7mvpSrwf~dpv3RZoUz8zfCvNWIB9RPZHS3CIXE6Ql1mnCdDYdVOf~Lk2lXV8aOleaeIHQ37fjILfXmvoCBOXt~9lQ~1OZZA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA Acesso em: 03 out. 2024.

ONU, 1939. **British White Paper of 1939**. Project Avalon Yale. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/brwh1939.asp Acesso em: 27 abr. 2024.

ONU, 1945 **Carta das Nações Unidas**. ONU, San Francisco. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas Acessado em: 12 fev. 2024.

ONU, 2007. **A Carta das Nações Unidas**. Nações Unidas do Brasil. Disponível em: A Carta das Nações Unidas | As Nações Unidas no Brasil Acesso em: 28 jun. 2024.

O GLOBO. Chefe militar do Hamas é morto em ataque israelense Conselho de Segurança da ONU convocou reunião de emergência a pedido do Egito. **O Globo**, 14 novembro 2012. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/chefe-militar-do-hamas-morto-em-ataque-israelense-6728656, Acesso em: 22 out. 2024.

O PRESENTE. Quais impactos os conflitos em Israel trazem para o agronegócio? **O Presente**, 21 de outubro de 2023a. Disponível em: https://www.opresente.com.br/agronegocio/quais-impactos-os-conflitos-em-israel-trazem-para-o-agronegocio/ Acesso em: 22 out. 2024.

Portal G1. Cronologia da ofensiva israelense contra a Faixa de Gaza entre 2008 e 2009. **Portal G1,** 15 setembro 2009. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1305299-5602,00-CRONOLOGIA+DA+OFENSIVA+ISRAELENSE+CONTRA+A+FAIXA+DE+GAZA+ENTRE+E.html. Acesso em: 22 out. 2024.

PORTAL RONDON. Israel diz ter encontrado 1.500 corpos de integrantes do Hamas número não inclui 1.600 mortos já confirmados. **Portal Rondon**, 10 de outubro de 2023a. Disponível em: https://portalrondon.com.br/2023/10/israel-diz-ter-encontrado-1-500-corpos-de-integrantes-do-hamas-numero-nao-inclui-1-600-mortos-ja-confirmados/ Acesso em: 22 out. 2024.

PORTAL RONDON. Papa pede fim dos ataques em Israel a guerra e uma derrota apenas uma derrota. **Portal Rondon,** 10 de outubro de 2023b. Disponível em: https://portalrondon.com.br/2023/10/papa-pede-fim-dos-ataques-em-israel-a-guerra-e-uma-derrota-apenas-uma-derrota/ Acesso em: 22 out. 2024.

PORTAL RONDON. Chega a Brasília primeiro avião trazendo brasileiros de Israel. **Portal Rondon,** 11 de outubro de 2023c. Disponível em: https://portalrondon.com.br/2023/10/chega-a-brasilia-primeiro-aviao-trazendo-brasileiros-de-israel/ Acesso em: 22 out. 2024.

PORTAL RONDON. Ataque a hospital: Israel nega autoria de bombardeio e culpa Jihad Islâmica. **Portal Rondon**, 17 de outubro de 2023d. Disponível em: https://portalrondon.com.br/2023/10/ataque-a-hospital-israel-nega-autoria-de-bombardeio-e-culpa-jihad-islamica/ Acesso em: 22 out. 2024.

PORTAL RONDON. Irã acusa Israel e promete vingança após morte de líder do Hamas. **Portal Rondon**, 31 de setembro de 2024. Disponível em: https://portalrondon.com.br/2024/07/ira-acusa-israel-e-promete-vinganca-apos-morte-de-lider-do-hamas/ Acesso em: 22 out. 2024.

PORTAL RONDON. Assembleia Geral da ONU exige que Israel desocupe territórios palestinos em 12 meses. **Portal Rondon**, 19 de setembro de 2024b. Disponível em: https://portalrondon.com.br/2024/09/assembleia-geral-da-onu-exige-que-israel-desocupe-territorios-palestinos-em-12-meses/ Acesso em: 22 out. 2024.

RADIO DIFUSORA. Governo pretende retirar 900 brasileiros de Israel até sábado. **Rádio Difusora**, 10 de outubro de 2023a. Disponível em: https://radiodifusora.net/governo-pretende-retirar-900-brasileiros-de-israel-ate-sabado/ Acesso em: 22 out. 2024.

RADIO DIFUSORA. Impacto da guerra em Israel no agronegocio dependera dos rumos e da escalada do conflito. **Rádio Difusora,** 11 de outubro de 2023b. Disponível em: https://radiodifusora.net/impacto-da-guerra-em-israel-no-agronegocio-dependera-dos-rumos-e-da-escalada-do-conflito/ Acesso em: 22 out. 2024.

RADIO DIFUSORA. Corpo de 3ª vítima brasileira é encontrado em Israel, informa Itamaraty. **Rádio Difusora,** 13 de outubro de 2023c. Disponível em: https://radiodifusora.net/corpo-de-3a-vitima-brasileira-e-encontrado-em-israel-informa-itamaraty/ Acesso em: 22 out. 2024.

RADIO DIFUSORA. Oposição protocola pedido de impeachment de Lula por fala sobre Israel; saiba o que acontece agora. **Rádio Difusora,** 22 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://radiodifusora.net/oposicao-protocola-pedido-de-impeachment-de-lula-por-fala-sobre-israel-saiba-o-que-acontece-agora/ Acesso em: 22 out. 2024.

REUTERS. A agitação em Gaza mostra a miséria econômica sob o bloqueio israelense. **Reuters**, 4 outubro 2023. Disponível em: https://www.reuters.com/world/middle-east/gaza-unrest-sends-message-about-economic-misery-under-israeli-blockade-2023-10-04/, Acesso em: 22 out. 2024.

RIBEIRO, Nádia Junqueira. **A distinção entre o social e o político em Hannah Arendt à luz da Questão Judaica**. Tese de doutorado em Filosofia apresentada na UNICAMP, Campinas, SP. 1989, 243p.

RIBEIRO, Nádia Junqueira. O que Hannah Arendt disse sobre o que se passa em Israel hoje? **Le Monde Diplomatique Brasil**, Ed 203 junho/2024. Disponível em: O que Hannah Arendt disse sobre o que se passa em Israel hoje? (diplomatique.org.br) Acesso em: 26 jun. 2024.

SECRETARY OF STATE FOR THE COLONIES. **Palestine Royal Commission Report**. London, 1937, 423p. Disponível em: https://unispal.un.org/pdfs/Cmd5479.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

SEMMEL, Bernard. Imperialismo and Social Reform: english social-imperial throught, 1895-1914. In: Glass R; Glass D, **Studies in Society**, v. V, Cambridge, Mass, 1960, p 283.

STEIN, Kenneth W. The Jewish National Fund: Land Purchase Methods and Priorities, 1924 - 1939. **Middle Eastern Studies** (em inglês), 19984, pp. 190–205. Consultado em 26 de dezembro de 2023. Arquivado do original (Volume 20 Número 2) em 17 de maio de 2008. Disponível em: : https://web.archive.org/web/20080517012132/http://www.ismi.emory.edu/JournalArticles/MESapr84.html Acesso em: 06 jun. 2024.

TRIKI, Husseim. **Eis aqui Palestina...**: O sionismo em desnudo. Goiânia: Gráfica O Popular, 1979.